

MARLENE DE FÁTIMA DOS REIS ALVES



LIBERALISMO / NEOLIBERALISMO

5 - 30765

Tombo nº	7130
Classif.:	
Ex.:	1
Origem:	d
Data:	06.03.03

Rubiataba/2001

MARLENE DE FÁTIMA DOS REIS ALVES

LIBERALISMO / NEOLIBERALISMO

Trabalho apresentado à FACER como requisito parcial a Disciplina Dissertação Filosófica II, para fins avaliativos do professor Paulo Henrique Castanheira Vasconcelos.

Rubiataba/2001

DEDICATÓRIA

Com profunda gratidão e afeição eu dedico esta dissertação a meu filho João César Reis Alves. Que Deus colocou em minha vida para que eu pudesse me empenhar a terminar esse curso e ser a mãe que sou dentro dos padrões de Deus.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e a Deus que me deram a vida e me ensinaram a vivê-la com dignidade, por opção e por amor, não gostaria de dizer que não tenho palavra para agradecer tudo isso, mas é o que acontece agora quando procuro sofregamente uma forma verbal de exprimir uma emoção ímpar, uma emoção que palavras dificilmente traduzirá.

Aos meus mestres que transmitiram seus conhecimentos e experiências profissionais, dedicação e carinho, aqueles que me guiaram para além das teorias e das filosofias, expresso os meus maiores agradecimentos e profundo respeito, que sempre serão poucos diante do muito que foi oferecidos.

Agradeço também àqueles que se limitaram em ser apenas professores.

Não poderia esquecer dos meus colegas, com os quais vivi durante anos uma cumplicidade, que só nós mesmos sabemos. Estamos nos separando materialmente, com o enorme desejo de um breve reencontro; possivelmente em situações diferentes.

Haveria de sentir saudade de todos. Aliás, saudade será uma palavra constante após esse desfecho com que tanto sonhávamos.

Apesar de estarmos longe nossos espíritos partilham da mesma terra e do mesmo céu.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
LIBERALISMO	04
As Origens do Liberalismo	04
Contexto Histórico do Liberalismo e Direito Natural do Indivíduos	08
O Inimigos do Liberalismo	10
Liberalismo, Liberdade e Direitos Individuais	12
O Liberalismo e os chamados "Direitos Sociais"	13
A garantia do liberalismo	13
Fundamentação filosófica do liberalismo	14
A Defesa do Liberalismo	15
A Crise do Liberalismo	15
NEOLIBERALISMO	19
Os ideólogos do Neoliberalismo	21
O individualismo moderno no momento culminante	28
Efeitos do neoliberalismo	29
Gêneses, Retórica e Prática	32
Crise Econômica e "Reconstrução" Neoliberal	33
Neoliberalismo no Brasil	37
CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
ANEXOS	47

INTRODUÇÃO

Toda sociedade produz uma imaginação política que legitima tanto a ordem estabelecida quanto as ações contrárias a ela. A cada época histórica a humanidade cria seus sistemas de representações, cria forma de sociabilidade através das quais reproduz suas necessidades materiais e simbólicas e busca produzir os meios necessários para supri-las. A vida em sociedade supõe, de modo permanente a produção de significados. As concepções políticas e morais – Liberalismo, Democracia, Socialismo, Ecologismo – nada mais fazem que buscar esse fenômeno presente de forma constante na existência social.

A formação de uma mentalidade não se dá por acaso, nem pela produção do espírito de alguns iluminados, o que contraria certas vertentes racionalistas. Uma mentalidade se sedimenta em uma determinada época e cultura como consequência das suas peculiaridades sociais e das múltiplas determinações porque passa sua realidade social. É fruto do mundo vivido de sujeitos históricos, da capacidade individual e coletiva de se perceber, explicar e transformar o mundo.

Do século XVI ao XVIII, a humanidade vivenciou uma de suas maiores transformações existenciais. O Renascimento, juntamente com o Humanismo e o Iluminismo, impuseram uma mudança de era; o mundo passou do teocentrismo para o antropocentrismo. Nesse período, o liberalismo emergiu como representação política e moral da sociedade moderna. Sua consolidação foi se efetivando com a instalação de revoluções burguesas na Europa ao longo do século XVIII. Seu apogeu chegou na metade do século XIX. Desprezados e combatidos na primeira metade do século XIX, renasceu

com bastante expressão política e ideológica no final da década de 70 na Inglaterra e nos Estados Unidos.

O liberalismo não é uma doutrina imutável, pelo contrário, vem passando, ao longo de sua existência, por um processo de mutação permanente. No entanto, na segunda metade do século XIX, as mutações econômicas, políticas e sociais ocorridas, revelaram que as crenças e os métodos eram incapazes para enfrentar os problemas da organização e integração social e no final do século tornou-se evidente que a política do livre mercado, defendida pelo Liberalismo, entrava em xeque.

A crise do liberalismo e o triunfo das políticas de intervenção estatal, não foram motivo suficiente para inibir sua produção teórica e nem o desenvolvimento de uma militância política a se favor. Durante o período compreendido entre as duas Guerras Mundiais, a Escola Austríaca¹ foi a principal porta voz do pensamento neoliberal. A tese dos neoliberais é que o liberalismo não fracassou, mas foi abandonado sem que tenha sido posto totalmente em prática.

O final do século XX exibe um variedade de novos termos e de novas tendências, na política e na economia, destaca-se o neoliberalismo, que reflete a idéia de projetos nacionais de desenvolvimento. Essa nova ordem parte dos grandes centros capitalistas e seus espalha por todo o mundo capitalista. Seus defensores pretendem que esse modelo solucione os problemas sociais e econômicos dos países pobres.

Na compreensão neoliberal, a reivindicação da igualdade na lei não pode ter como base a argumentação da igualdade na lei não pode ter como base a argumentação de que somos naturalmente iguais e defendem que o único sistema possível de organização social, baseado na divisão do trabalho é o capitalismo.

Na visão neoliberal, o homem só é livre a medida que os preços são livres. A libertação do homem é consequência e também subproduto da libertação dos preços. Tomando os preços livres o homem se liberta. Assim, nega-se qualquer liberdade humana anterior às relações mercantes ou anterior ao mercado. Desse modo, nego-se também qualquer exercício de liberdade, à medida que esse possa entrar em conflito com as leis de mercados.

¹ Escola Neoliberal Austríaca foi fundada por Von Mises (1881-1973), e teve como predecessores: Carl Marger, Eugen Von Bohm-Bawerk.

Na teoria neoliberal economia e política não são questões separadas, a economia, é tratada como um fim em si mesmo e como um instrumento indispensável para obtenção da liberdade política.

O neoliberalismo não ficou nos livros, mas forneceu a base de um projeto de sociedade e de programas de governo, levantava-se contra grande poder econômico acumulado pelo Estado e pelas estatais. Os neoliberais queriam enfraquecer o Estado tirando-lhe toda capacidade de intervenção econômica.

LIBERALISMO

As Origens do liberalismo

Naturalmente o homem procura a liberdade. Por outro lado, para viver em comunidade, precisa submeter-se a normas que limitam a sua ação, ou haveria o império da desordem, cada um fazendo o que quisesse. Ao longo dos tempos, o dilema político tem sido o de saber quais os limites da liberdade individual, quais os objetivos da vida em comum e em que podem limitar a ação do indivíduo. Platão, por exemplo, acreditava que os filósofos, os que mais conhecem, deveriam ter a responsabilidade do governo, em benefício de toda a coletividade. Aristóteles não lhes conferia tanto, por não acreditar ser possível atribuir a homens este saber integral, que justificaria a exclusividade do poder. Preferia o governo das leis.

O liberalismo passa por várias fases, e vários sistemas podem ser chamados de liberais, mas sempre haverá uma atitude comum diante de algumas questões fundamentais. O liberal acredita no homem livre e procura sempre ampliar o espaço em que esta liberdade se possa desenvolver. Acredita que os governantes devem ter seu poder limitado por lei, que o Estado existe em função do indivíduo e para ele, e não que o homem seja apenas uma parcela da coletividade. O liberal tem sempre uma atitude de luta contra a opressão que sofrem indivíduos ou minorias, seja a opressão exercida pelo Estado, por grupos, corporações ou por qualquer outra pessoa ou entidade.

John Locke (1632-1704) talvez seja o pai daquilo que hoje chamamos de liberalismo. Defende o indivíduo contra o Estado, que, para ele, deveria existir para assegurar a liberdade de cada um e garantir a propriedade.

O raciocínio lockeano parte do estado de natureza e, mediado por um contrato, chega a institucionalização da sociedade política ou governo civil. No estado de natureza o homem é livre para ordenar suas ações e regular suas posses sem depender da permissão de qualquer outro homem. Todos são iguais em relação ao uso das mesmas faculdades e das vantagens da natureza; não existe a subordinação de um homem ao outro. Diz Locke:

Os estado de natureza tem uma lei de natureza para governa-lo, que a todos obriga; e a razão, que é essa lei, ensina a todos os homens que tão só a consultem, sendo todos iguais e independentes, que nenhum deles deve prejudicar a outrem na vida, na saúde, na liberdade ou nas posses.²

Para Locke, o próprio corpo e o trabalho produzido pelas mãos dos indivíduos são propriedades inatas dos homens. Tudo que o homem retira da natureza com o seu trabalho torna-se propriedade sua, pois anexa trabalho ao estado comum da natureza, excluindo-a do direito comum de outros homens.

Pelo trabalho tirou-a das mãos da natureza onde era comum e pertencia igualmente a todos e, tal forma, dela se apropria para si mesmo [...]. Assim esta lei torna o veado propriedade do índio que o matou; permite-se que pertençam os bens àqueles que lhe dedicou o próprio trabalho, embora anteriormente fosse direito comum a todos.³

Em Locke, apesar da desigualdade se efetiva no estado de natureza e com o consentimento dos homens, ele não deixa claro ser a desigualdade um fenômeno natural, todavia, o estado de natureza lockeano não é um inferno dantesco, nem o terrível estado de guerra de todos contratados.

O objetivo principal dos homens se colocarem sob o governo é a preservação da propriedade. Embora sendo um direito natural, no estado de natureza existe ausência de leis estabelecidas e formadas pela consentimento comum que ressalva quaisquer controvérsia entre os homens; existe a ausência de um juiz com autoridade reconhecida por todos para solucionar quaisquer dimensões relativas à lei estabelecida, existe ainda, a ausência de um poder que apoia e sustente a

² HOLANDA, Francisco Uriam Xavier de, *Do Liberalismo ao Neoliberalismo*, p.25

³ HOLANDA, op. cit., p.26

sentença quando justa, efetivando-lhe a execução. Assim diz Locke:

Os homens, apesar de todos os privilégios do estado de natureza, mantendo-se em más condições enquanto nele permanecerem, são rapidamente levados à sociedade. Daí resultar que raramente encontramos qualquer grupo de homens vivendo dessa maneira. Os inconvenientes a que estão expostos pelo exercício irregular e incerto do poder que todo homem tem de castigar as transgressões dos outros, obrigam-nos a se refugiarem sob as leis estabelecidas de governo e nele procurem a preservação da propriedade. É isso que os leva a abandonar de boa vontade o poder isolado que têm de castigar, para que passe a exercê-lo um só indivíduo, escolhido para uso entre eles; e, imediatamente as regras que a comunidade ou os que forem por ela autorizadas, concordem em estabelecer, e nisso se contém o direito original dos poderes legislativos e executivo, bem como dos governos e das sociedade.⁴

Milton (1608-1674) o vê como um inevitável limitador da liberdade. O Estado a limita pela liberdade. O Estado a limita pela censura. É um pensamento contrário ao de Locke, que vê no Estado um garantidor das liberdades e da propriedade, que são anteriores do próprio Estado.

Também Spinoza (1632-1677) entende que o homem nasceu para ser livre. Mas, na vida em comum, esta liberdade pode ser ameaçada, e os choques serão inevitáveis. Surgiu o Estado para que a liberdade individual fosse garantida.

Mais tarde Kant (1724-1804) foi além nesta visão do Estado garantidor das liberdades. Este é seu único objetivo e não o de promover a felicidade dos súditos. A liberdade é assegurada pelo respeito de todas às leis.

Montesquieu (1689-1755) foi o primeiro liberal a preocupar-se com a organização do Estado e com o seu funcionamento. Aliás, depois dele, há poucos outros preocupados com este tema, na história do liberalismo. Em sua obra *O Espírito das Leis*, defende que, para evitar abusos, os poderes do Estado devem ser divididos. Seus poderes fundamentais são os de julgar, fazer leis e executá-las. Cada um deles deve ser exercido por um ramo diferente. Aí está a inspiração para o modelo que seria adotado pela constituição americana, ao criar os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

⁴ HOLANDA, op. cit., p.27

Adam Smith (1723-1790) é o fundador da Economia Política e também o pai do que chamamos de liberalismo clássico. Com método, ele se debruçou sobre as relações econômicas, publicando sua obra definitiva em 1776. A Riqueza das Nações. É importante lembrar que, por coincidência, esse livro, que teve forte influência, aparece no mesmo ano em que as treze colônias que formariam os Estados Unidos iniciam seu processo de independência.

Adam Smith não se preocupa apenas com a liberdade do indivíduo diante do Estado. Ele verá o indivíduo em relação à comunidade, e o indivíduo e a comunidade em relação ao Estado. Nas relações econômicas, a sua liberdade dependerá também da existência de um mercado livre, onde posso exercitá-la. Adam Smith acredita que se o mercado for livre, o equilíbrio se fará naturalmente, no campo do trabalho, da produção e dos preços. Para ele, a ordem econômica dispensa o Estado, por que ela se desenvolve naturalmente. O homem busca o lucro, o verdadeiro motor de toda a sua atividade, buscando o lucro, ele é guiado por uma mão invisível que o conduz, inclusive, à realização dos interesses sociais. Esses interesses não são os de uma sociedade imaginária, mas do conjunto de indivíduos. Eles representam a soma dos interesses individuais, que são satisfeitos com o lucro.

Para o liberalismo clássico de Adam Smith, toda economia gira em torno do lucro:

- Divisão do trabalho – para obter maior eficiência e melhores lucros, o homem divide o trabalho, um homem sozinho nunca fabricaria um navio, mas se muitos homens se reunirem, cada um fazendo uma parte, o navio poderá ser construído. Adam Smith vê nesta divisão do trabalho um elemento diferenciador entre o homem e o animal, ela revela a tendência natural do homem e o animal, ela revela a tendência natural do homem para a troca, o que não acontece com os animais. É a divisão do trabalho que distingue os homens, todos seriam semelhantes até 6 a 8 anos, quando começam a ter orientações e ocupações diversas, e aí se iniciam as distinções que continuarão ao longo de sua vida.

- Outro conceito de Adam Smith é o do trabalho produtivo: é produtivo o trabalho que acrescenta valor ao objeto sobre o qual se exerce. O trabalho produtivo, desta forma, incorpora-se ao objeto. O trabalho improdutivo é o que fisicamente desaparece, o trabalho dos artistas, por exemplo, é improdutivo. O grande esforço deve ser o de aumentar o trabalho produtivo, o improdutivo existe às custas do produtivo. O Estado é improdutivo, ele só consome, não produz. Seu papel deve então ser mínimo, apenas assegurando, sem qualquer participação, o funcionamento livre do mercado.

Contexto Histórico da Liberalismo e Direito

Natural do Indivíduos

O liberalismo é, basicamente, uma filosofia política, embora tenha se tomado famoso no final do século XVII, e, principalmente, no século XVIII, o liberalismo tem uma nobre linhagem que remonta à antiguidade. A filosofia liberal se sustenta no princípio fundamental de que, no contexto da relação do indivíduo com o estado, a liberdade do indivíduo é o bem supremo, que, enquanto tal, tem preponderância sobre qualquer outro que possa ser imaginado. Defender o liberalismo, portando, é defender a liberdade que lhe empresta o nome.

É esse princípio fundamental que sustenta o corolário de que melhor Estado é aquele que governa menos, deixando, portanto, aos indivíduos mais liberdade. O melhor Estado, assim, é o “estado mínimo”, que deixa aos indivíduos o máximo de liberdade compatível com a vida em sociedade. Este princípio do estado mínimo é, assim, uma decorrência do princípio da liberdade do indivíduo como bem supremo.

Poderia imaginar, porém, que o ordenamento social mais compatível com a preservação da maior liberdade possível do indivíduo fosse aquele em que não existisse estado, ou seja, o ordenamento social em que as pessoas se auto – governam sem necessidade de instituições políticas. Essa alternativa, que podemos chamar de anarquistas, tem sempre tido uma atração especial para os liberais. A única razão pela

qual os liberais rejeitam a alternativa anarquista é que o liberalismo tem uma visão razoavelmente pessimista da natureza humana. Os liberais acreditam que, sendo a natureza humana o que é, não é possível preservar a liberdade dos indivíduos sem um estado que a defenda contra violações por outros indivíduos, que sirva de árbitro para julgar desavenças entre indivíduos, e que se ocupe em defender a liberdade dos seus cidadãos contra agressões externas.

Essas funções do estado, relacionadas com a proteção dos indivíduos uns contra os outros, com o arbitramento de desavenças e com a proteção dos indivíduos contra agressão externa, são, portanto, para os liberais, necessárias e legítimas, indispensável para a preservação de um máximo de liberdade p[ara os indivíduos no ordenamento social. Sem um estado que as desempenhe, os indivíduos ficarão presa fácil dos mais fortes ou mais espertos, tanto dentro como fora da comunidade em que vivem.

Mas não sendo otimista em relação à natureza humana, o liberal também não o é em relação ao estado, e, assim, ao mesmo tempo que reconhece a sua necessidade, procura limitar drasticamente as suas funções e colocar um freio aos seus poderes. Tendo, portanto, definido essas três como funções necessárias e legítimas do estado, os liberais vão além e sustentam que elas são as únicas funções que o estado deve exercer.

Se o liberalismo se distingue, de um lado, do anarquismo, por defender a necessidade do estado, distingue-se, de outro, tanto da democracia social como do socialismo, por negar, contra a primeira (democracia social), que o estado deve ter funções sociais ou funções reguladoras da atividade econômica, e, contra o segundo (socialismo), que o estado deva, ou possa ter participação direta e ativa na economia. Assim, os liberais sustentam que o estado não deve ter funções sociais nem, muito menos, funções econômicas, restringindo-se em suas três funções.

Os Inimigos do Liberalismo

Os grandes inimigos do liberalismo são as filosofias políticas que procuram aumentar a função do estado. Dentre estas, as duas principais são a democracia social e o socialismo. Na verdade, é plausível argumentar que, do outro lado das trincheiras, o socialismo representa, em relação à democracia social, a mesma função que o anarquismo representa em relação ao liberalismo. Do lado do anarquismo o estado é reduzido a nada. Do lado do socialismo sua função é inflada de tal forma que o estado passa a ser tudo.

O socialismo, como o liberalismo, é uma filosofia política que se tornou popular principalmente no século XIX, embora tenha importantes antecedentes no século XVIII. O socialismo defende a tese de que o estado deve controlar ao máximo a sociedade, planejando de forma centralizada, toda a atividade econômica, chegando até mesmo ao ponto de ser proprietário de todos os meios de produção, e, portanto, ficando na posição não só de planejador, mas, também, de executor da atividade econômica. Nesta formulação radical, a propriedade privada dos meios de produção seria terminantemente proibida; todo trabalhador seria um funcionário público que faria apenas aquilo que o estado determinasse.

A estratégia socialista tem sido argumentar que há bens maiores do que a liberdade. Entre esses destacam-se as chamadas igualdade e justiça social. Argumentam os socialistas que o liberalismo, ao enfatizar a liberdade, inclusive na área econômica, deixa a porta aberta para o surgimento de desigualdades econômicas e, conseqüentemente, sociais. Sustentam, ainda que essas desigualdades são injustas, colocando-se, portanto, como defensores da justiça. Os liberais, embora admitam que sistemas políticos liberais produzem grandes desigualdades econômicas e sociais, negam que seja, por isso, necessariamente injustos, segundo o conceito tradicional de justiça. Assim, dourando a pílula, o socialismo defende a tese de que o estado, como detentor de todos os meios de produção, não poderia deixar de ser, também, o grande agente na área social, provendo aos cidadãos os serviços e bens necessários nas áreas da educação, da saúde, da seguridade social, do transporte, da moradia, da infra-estrutura, etc. Assim

todos os indivíduos teriam, basicamente, acesso aos mesmo serviços e bens na área social, havendo, portanto além de igualdade econômica, igualdade social.

Além da força bruta, a única forma que o socialismo encontrou de persuadir os indivíduos a abrirem mão de suas liberdades, assim permitindo a implantação do socialismo, foi prometendo-lhes um bem supostamente maior: a igualdade e, com ela, a justiça. Historicamente, porém, todas às vezes que se tentou implantar o socialismo, a liberdade individual não foi apenas reduzida: foi totalmente eliminada (União Soviética a partir de 1917. Leste Europeu depois da segunda Guerra Mundial, Cuba, a partir de 1960, etc.)

A sede de liberdade parece ser maior, nos indivíduos, do que o desejo da igualdade. Os últimos dez anos provaram isso.

A democracia social pretende ser uma forma mais branda de socialismo: um socialismo parcial e democrático, que, como tal, mantém uma quantidade módica de liberdade. A democracia social abre mão da propriedade de todos os meios de produção pelo estado e mesmo da tese do planejamento centralizado da economia. A democracia social abre mão da propriedade de todos os meios de produção pelo estado e mesmo da tese do planejamento centralizado da economia. A democracia social alega que deixa a produção, tanto quanto possível, nas mãos da iniciativa privada, só intervindo na área produtiva para suprir lacunas ou omissões. Mas o que realmente interessa a democracia social é a chamada distribuição das riquezas produzidas pela atividade econômica, ainda que privada, algo que se propõe fazer através de legislação tributária que rotula de "progressista".

O ideário da democracia social inventou um sem número de conceitos e mecanismo para convencer os indivíduos de que deveriam, democraticamente, concordar em abrir mão de parte de sus bens em benefício dos "desfavorecidos", das vítimas das "injustiças sociais", assim colaborando para a criação de uma sociedade mais igualitária e menos injusta. A democracia social inventou a noção de que ninguém é livre quando é pobre e criou um sem número de "direitos sociais": direito à educação, à saúde, ao trabalho, à seguridade social, ao transporte, à moradia, etc.

Liberalismo, Liberdade e Direitos Individuais

O liberalismo sempre foi um defensor ferrenho dos direitos individuais que não devem ser confundidos com os chamados "direitos sociais" propugnados pela nossa Constituição. Como já assinalamos, o liberalismo é zeloso defensor da liberdade é sempre concebida, porém, de forma negativa: o indivíduo é tão mais livre quanto menos ele é impedido de realizar seus desejos e objetivos por fatores externos a ele. A única restrição legítima à liberdade do indivíduo que o liberalismo admite é aquela decorrente do princípio de que todos devem ser igualmente livres. A liberdade de um indivíduo só pode ser restringida, portanto, quando sua não restrição implique restrição indevida da liberdade de outros. Em suma, a liberdade de um termina onde começa a do outro.

O liberalismo geralmente exprime sua defesa da liberdade dos indivíduos através de uma defesa dos chamados direitos individuais.

Os direitos individuais básicos que o liberalismo reconhece são quatro:

- O direito à vida, isto é, o direito de não ser morto por terceiro, e, naturalmente, de não ter a vida, a saúde e a segurança colocadas em perigo por terceiros;
- O direito à propriedade, isto é, o direito de não ser privado por terceiros, sem o consentimento, daquilo que é, naturalmente, de não ser obrigado por terceiros a dispor do que é meu;
- O direito à expressão, isto é, o direito de não ser impedido por terceiros de dizer o que penso e de viver como acho mais interessante ou satisfatório e, naturalmente, de não ser obrigado, por terceiros, a dizer o que não penses nem a viver como não queira;
- O direito à busca da felicidade, isto é, o direito de não ser impedido por terceiros de fazer o que queira fazer na busca do que interessa, satisfazer e faz feliz e, naturalmente, de não ser obrigado por terceiros a fazer o que não queira.

O Liberalismo e os chamados “Direitos Sociais”

O liberalismo não reconhece como direitos os chamados “direitos sociais” que se infiltraram, até mesmo na nova Constituição Brasileira, como os supostos direitos à educação, a saúde, ao trabalho, a seguridade social, à moradia, ao transporte e outros.

Quando alguém reclama um suposto direito à educação não está reivindicando que ninguém o impeça de buscar a educação que deseja: está pretendendo, isto sim, que alguém assuma a sua educação, assim acontece com os outros supostos direitos.

Geralmente a responsabilidade de atender a esses supostos direitos é atribuída ao estado. Dessa forma, atribuem-se ao estado funções além daquelas que o liberalismo reconhece como legítimas, das quais ele só se desincumbre confiscando recursos dos cidadãos, através de impostos e taxas, obrigando-os, assim, a custear atividades que podem não desejar custear e, portanto, violando a sua liberdade.

A garantia do liberalismo

O liberalismo, como sistema político, requer uma garantia. Se o estado não tiver um freio, algo que eficaz e eficientemente o limite, sua tendência é acrescentar funções e, conseqüentemente, crescer até o ponto de que não tem mais nenhuma semelhança com o estado mínimo das liberais.

A maioria dos pensadores liberais vê essa garantia do liberalismo, que freia o crescimento do estado, numa Constituição liberal. A Constituição Brasileira está longe de ser liberal, talvez seja a mais anti-liberal de todas as constituições vigentes hoje em dia. A Constituição Americana é o melhor modelo de constituição liberal que temos, e mesmo ela não conseguiu impedir que o estado americano ficasse tão inflado a ponto de se tornar irreconhecível como estado liberal.

O que torna a Constituição Americana peculiar é que grande parte dela é gasta limitando os poderes do estado limitando os poderes do estado diante do indivíduo, isto é, especificando um conjunto de áreas em que o estado está terminantemente proibido de legislar. O Congresso Americano se vê impossibilitado de exercer sua fúria legislativa em inúmeras áreas. Se legislar, a legislação provavelmente será declarada inconstitucional com presteza pelo judiciário americano.

Fundamentação filosófica do liberalismo

Do ponto de vista da filosofia política, o liberalismo política, o liberalismo busca sua fundamentação primeira no conceito de liberdade. A liberdade, tratada em relação ao agir humano, é entendida como ausência de coerção sobre os indivíduos, ausência de impedimento às satisfações pessoais, aos gostos e à livre procura de objetivos individuais.

Estas formulações sobre o conceito de liberdade, na filosofia política clássica, tem sido classificadas como liberdade negativa. Liberdade negativa se encontra na resposta à pergunta: Qual é a área que o sujeito deve ter ou receber para fazer o que pode ser, sem que outras pessoas interfiram? A resposta dada pela filosofia individualista liberal é: Alguém só é livre quando existe total ausência de interferência nas suas atividades. A liberdade, no pensamento liberal clássico, tem suas origens na concepção do homem individualista; liberdade só faz sentido na medida em que o homem não é livre somente por não poder drogar-se sem sofrer as inevitáveis conseqüências, sendo inadequado dizer que um homem não é livre porque a lei impõe sanções ao desejo de matar um outro homem.

Ao pensar que a liberdade é um fim conclusivo para os seres humanos, o pensamento liberal abomina qual quer interferência que venha impedir a satisfação de gostos individuais e a livre procura de objetos pessoais. Portanto, é a partir dessa crença que encontramos, no senso comum da economia liberal, formulações do tipo: liberdade individual de escolha, opções, mercado, produção e troca.

Mas, de uma forma ou de outra, o pensamento liberal tem recorrido a versão da filosofia dos direitos naturais, certamente, a um núcleo irreduzível que é uma concepção da consciência humana individual como algo dotado de valor particular e inquestionável, instância inviolável e critério último de toda decisão moral.

A Defesa do Liberalismo

Parece ser desnecessário defender uma filosofia política que exige a liberdade individual como o bem maior. Tendo escolha, todos os indivíduos preferem a liberdade à servidão, mais liberdade a menos liberdade. A prova disso está no fato de que nenhum país não socialista jamais precisou fechar suas fronteiras para obrigar os seus cidadãos à permanecer no regime. Na verdade, países de tendências liberal freqüentemente precisam fechar parcialmente suas fronteiras para controlar o ingresso de pessoas de outros países. Enquanto isso, os países socialistas a antiga Cortina de Ferro criavam muros para impedir que seus cidadãos fugissem. Diante disso, pode parecer que o liberalismo não precisa de defesa. Essa impressão é errônea. Arma-se um ataque de dimensões gigantescas contra os princípios liberais, só que, fracassado o socialismo, o ataque agora vem mascarado de democrática, escondendo-se em princípios social-democratas, às vezes erroneamente chamados de neo-liberais. Para se chegar ao liberalismo não basta privatizar empresas estatais; é preciso redefinir drasticamente as funções do estado, reduzindo-as às funções essenciais que os liberais clássicos defendiam.

A Crise do Liberalismo

O século XIX foi bastante turbulento. Suas últimas décadas foram marcadas por conflitos entre nações, classes e raças. O liberalismo atingiu o seu apogeu e vivenciou seus momentos mais profundos de crise.

O triunfo liberal foi uma tarefa demasiadamente árdua. Em seu itinerário, teve que se defrontar com doutrinas que procuravam fixar limites ao seu individualismo em favor das instituições como a Igreja ou o Estado. Defrontou-se ainda com as críticas, que atacavam a sua concepção de liberdade argumentando que a liberdade só seria alcançada num contexto de igualdade obtida com intervenção do Estado. Todavia, o ataque mais evidente e sistemático ao liberalismo partiu das doutrinas socialistas. Os socialistas viam o liberalismo como uma ideologia burguesa que ocultava as relações de dominação de classe; compreendiam o Estado como um comitê de gerenciamento dos interesses particulares da burguesia. Para eles, somente com a destruição do Estado e com as socializações dos meios de produção poderia a humanidade forjar a liberdade e a igualdade.

As teorias do liberalismo clássico, responsáveis pela sua fundamentação filosófica, política e econômica, pecaram bastante por falta de visão histórica. Seus valores e suas interpretações sobre a liberdade, sobre a propriedade forma lançadas como válidas para todos os tempos e lugares. No momento em que afloraram, revelaram-se revolucionárias, constituíram-se no ataque mais veemente às instituições pré-capitalistas que se legitimavam nos costumes. No entanto, na segunda metade do século XIX, as mutações econômicas, políticas e sociais ocorridos, revelaram que as crenças e os métodos eram incapazes para enfrentar os problemas da organização e integração social.

O avanço tecnológico tornou possível a produção em grande escala, a redução do custo por unidade e uma maior divisão social do trabalho. Fenômenos que contribuíram para o acirramento na disputa dos mercados consumidores, onde levava vantagens quem detinha reservas de capital que possibilitasse reduzir sua margem de lucro para derrotar o concorrente. Nesse processo, a expansão da economia, gerada pelo processo de concentração, foi paulatinamente substituindo o livre comércio pelos monopólios. No final do século XIX, tornou-se evidente que a política, do livre mercado, defendida pelo Liberalismo, entrava em xeque. Países como Estados Unidos, Itália, Alemanha, e França praticavam o protecionismo para defender-se dos seus concorrentes. Com as práticas monopolistas, os preços passaram a ser fixados, os processos de concentração na forma vertical e horizontal tinha como objetivos limitar a concorrência, manter a alta dos preços e tentar evitar as crises cíclicas do capital. Nesse mesmo

período, intensificava-se o sistema de crédito que buscava pôr controle na atividade industrial.

As indústrias monopolistas produziam em grande escala, e logo atingiam um produção maior do que a capacidade de consumo. Por outro lado, o controle dos preços, de forma que lhes proporcionassem grandes lucros, deparavam-se com a incapacidade de consumo por parte da população devido ao seu baixo poder aquisitivo. A saída encontrada foi expandir a superprodução e o capital excedente para países atrasados da África, Ásia e América Latina. Ao transferir capital excedente para as novas colônias, numa associação entre capital financeiro e industrial, assegurava-se um mercado consumidor para os produtos industrializados nas metrópoles. Esse aspecto do colonialismo ou neocolonialismo é uma das características do imperialismo.

Fundado num sistema de procura de lucro e vivenciando uma crise econômica que fixará limites a sua capacidade de expansão, o que diminuía o lucro, os liberais detentores do poder econômico, vendo a obtenção dos lucros avançados, acabaram por negar os fundamentos democráticos da integração social em função de seu próprio direito à lucratividade.

Segundo Haroldo Joseph Laski⁵, o que o liberalismo não percebeu foi que a democracia política por ele gerada foi estabelecida na suposição implícita de que deixaria intacta a propriedade privada dos meios de produção.

O medo da democracia foi, sobretudo, o medo de que a sua expansão destruísse a segurança da classe proprietária.

No início do século XX, vivíamos a seguinte situação: por um lado, um sentimento de insegurança por parte do Estado de continuar habilitado a prosseguir na garantia do conforto material às massas. Essa situação fez eclodir vários conflitos sociais. Por outro lado, a concentração de grande lucros por parte dos monopólios, e sua associação ao capital financeiro deram origem ao imperialismo. Tal situação gerou descontentamento e choque de interesses entre imperialistas de várias nações, o que resultou na Primeira Guerra Mundial (1914-1917).

⁵ Haroldo Joseph Laski, (1893-1950), nascido em Manchester, foi um dos mais fecundos teóricos da social democracia inglesa. Ensinou Ciências Históricas na Universidade de Londres. Entre suas obras são destaques: *A Autoridade do Estado Moderno*, *a Liberdade no Estado Moderno*, *Democracia em Crise*.

A crise do liberalismo e o triunfo das políticas de intervenção estatal, de orientação Keynesiana e socialista, não foram motivo suficiente para inibir sua produção teórica e nem o desenvolvimento de uma militância política, embora que restrita aos meios acadêmicos e aos institutos de pesquisa privadas, a seu favor. Durante o período compreendido entre as duas Guerras Mundiais, a Escola Austríaca foi a principal porta-voz do pensamento neoliberal. A tese dos neoliberais é que o liberalismo não fracassou, mas foi abandonado sem que tenha sido posto totalmente em prática.

NEOLIBERALISMO

O Neoliberalismo é uma utopia ou teoria que pretende dar uma explicação total do ser humano e da sua história em torno da economia. Faz da economia o centro do ser humano a partir do qual todo o resto se explica. Foi elaborada principalmente sob a inspiração de Hayek, austríaco radicado nos Estados Unidos depois da Guerra, e de Milton Friedman; o neoliberalismo expandiu-se pelo mundo inteiro e tornou-se, na década de 80 a base do “pensamento único” no mundo ocidental.

O capitalismo adotou o neoliberalismo achando nele a melhor arma para conquistar as mentes do mundo ocidental e inclusive o mundo inteiro. No entanto, o capitalismo não está comprometido pela ideologia neoliberal. Pode abandoná-la e escolher outra mais eficiente no dia em que o neoliberalismo se revelar menos eficiente, menos vantajoso. O neoliberalismo não ficou nos livros, mas forneceu a base de um projeto de sociedades e de programas de governo, desde 1975 quando foi adotado no Chile, que pretenderam fazer do Chile o terreno da experimentação das teorias do neoliberal Milton Friedman.

O neoliberalismo pode ser considerado como teoria econômica, como teoria econômica, utopia, ética ou filosofia do ser humano. Na realidade, é uma filosofia que se apresenta como teoria econômica, com todo o valor científico que o mundo atual costuma atribuir a economia. É uma utopia, mas que pretende estar fundamentada na ciência pura. Desta maneira pretende dar uma visão completa do ser humano, inclusive uma ética.

O neoliberalismo é uma concepção de mundo surgida, no início do século XX, contra a predominância das políticas estatizantes de influência socialistas e das políticas social-democrática. Somente, no início dos anos 70, com a eleição de Margaret

Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos, o neoliberalismo chegou ^a poder iniciando-se uma ^ocompanha em busca da hegemonia ideológica no mundo. Com a simbólica queda do Muro de Berlim e com a extinção da União Soviética, os neoliberais anunciaram, de forma eufórica, a “vitória definitiva” da economia de mercado, que significava a conjunção do liberalismo econômico com o liberalismo político.

Como concepção de mundo o neoliberalismo implica numa visão de homem, do agir humano e de sociedade. Portanto, polemizar com ele é problematizar sobre as condições da existência humana em meio à crise da racionalidade moderna. Restringir o debate na particularidade do mercado ou do Estado, ou ainda mercado versus Estado, sem discutir a função que uma ordem econômica tem a cumprir na vida humana, é perder de vista o horizonte da totalidade.

Dentro do universo da produção teórica neoliberal foi a Escola Austríaca quem deu a maior contribuição para a formulação de uma concepção de mundo. A principal obra que trata desta questão é o livro de Von Mises – *Ação Humana: um tratado de Economia* – publicado em 1949 e somente editado no Brasil em 1990, pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

O neoliberalismo é recente, pelo menos nas aplicações reais. Até a Segunda Guerra Mundial, Hayek foi considerado um excêntrico extravagante. Novas circunstâncias fizeram com que suas loucuras fossem interpretadas como profunda sabedoria. Para Hayek e para Friedman, o socialismo é o mal absoluto, é negação livre mercado e incompatível com a liberdade.

O socialismo é o obstáculo fundamental ao advento da liberdade, pois a fonte da liberdade está no mercado.

O socialismo é planejamento. Planejamento é negação da liberdade do mercado. Este socialismo encontrou a sua forma completa na União Soviética e nos seus satélites. Porém, também a social-democracia já contém o vírus do socialismo e precisa ser combatida de igual maneira porque leva inevitavelmente ao socialismo absoluto.

Segundo o neoliberalismo, o planejamento é impossível em nível nacional, a fortiori em nível mundial. Por conseguinte, não pode haver livre escolha no socialismo. Os bens serão atribuídos de modo arbitrário sem respeitar a liberdade dos indivíduos.

Os ideólogos do Neoliberalismo

Os ideólogos do neoliberalismo foram e são sobretudo Friedrich Hayek e Milton Friedman, ambos líderes da escola de Chicago. O neoliberalismo é um fenômeno histórico muito mais amplo do que a obra literária de seus ideólogos. No entanto, os ideólogos são importantes porque fornecem temas e linguajar que permitem unificar todas as forças sociais que constituem o conjunto do fenômeno neoliberal. Vamos aqui lembrar os temas fundamentais destes autores, justamente aqueles temas que forneceram motivações e legitimidade às políticas neoliberais:

Friedrich Hayek nasceu em Viena (Áustria) em 1899. Formou-se em direito e ciência política em Viena. Logo depois, começou a trabalhar com Ludwig von Mises no Instituto de Estudos da Conjuntura. Filiou-se à tradição dos economistas da “escola austríaca”. Em 1931, Hayek foi convidado para dar aulas na London School of Economics. Hayek permaneceu ali até 1950. Então emigrou para os Estados Unidos, permanecendo em Chicago e sendo o mentor da escola de Chicago juntamente com Friedman. Tinha sido convidado em Londres para contrabalançar a influência crescente de Keynes. No final dos anos 30, a sua estrela apagou-se diante da ascensão de Keynes. Foi removido para a escuridão. Porém, por ter sido sempre o anti-Keynes, explica-se por que reapareceu na opinião pública nos anos 70. O prestígio de Keynes estava em declínio, os ataques contra o New Deal e o Welfare State estavam subindo. Para desfazer o Estado de Bem-estar foram desenterrar o velho Hayek. Deram-lhe o prêmio Nobel em 1976,

Toda economia gira, para ele, em torno do mercado. A referência última será o conceito de mercado perfeito, isto é, de equilíbrio perfeito. Há equilíbrio perfeito do mercado quando os produtos oferecidos no mercado são exatamente os produtos procurados. Então as rendas gastas pelos consumidores são exatamente as rendas percebidas pelos produtores. O equilíbrio que seria a concorrência perfeita é irrealizável. Pois o mercado está em movimento incessante, nunca se pode conhecer todos os dados para situar o equilíbrio. Por conseguinte, o preço ideal não existe. Assim diz o autor.

No entanto, ele deduz do esquema abstrato que é necessário que o mercado empírico se aproxime o mais possível da concorrência perfeita e do equilíbrio

perfeito. Por que? Quais são as razões que permitem essa dedução? Hayek não oferece nunca nenhuma justificação. Para ele, parece óbvio que é preciso buscar o maior equilíbrio, deixando que esse equilíbrio se faça por si mesmo. O mercado deve regular-se por si mesmo? Por quê? Porque sim. Não já justificação.

Os inimigos do mercado seriam o Estado e os sindicatos. O Estado porque pretende intervir na definição dos preços, contrariando o mercado. Os sindicatos porque querem forçar os salários baixíssimos, no limite da subsistência.

Com essas condições entende-se por que o socialismo é o mal absoluto: o caos. O socialismo, com a sua pretensão de definir os preços a partir do planejamento geral, cria confusão total. Destrói a liberdade porque esta consiste em poder escolher livremente os produtos que se quer comprar. Se o planejamento perturba o jogo de definição dos preços, não há mais liberdade de escolher.

Para Hayek a definição dos preços por um planejamento central é impossível. O que se faz sob esse nome é puramente arbitrário. Para definir os preços seria necessário saber os milhões de elementos que intervêm para definir o mercado num momento determinado. Na definição do preço, nenhuma inteligência humana seria capaz de conhecer todos os elementos necessários. Da impossibilidade de conhecer todos os elementos, Hayek deriva a irracionalidade de definição de preços por uma autoridade. Não parece imaginar que para fins práticos não é preciso conhecer todos os elementos. Não precisa chegar a um conhecimento com certeza total, basta ter um conhecimento provável. E o que um indivíduo não pode fazer, grupos e instituições podem realizar. Um planejamento é possível. Por sinal, hoje em dia, todas as grandes multinacionais praticam um comércio interno entre inúmeras filiais do mesmo grupo. Aí, os preços são definidos pelo planejamento e não pelo mercado livre. Ora, pelo menos 30% ou 40 % do comércio mundial funciona dessa maneira, sem mercado livre. Ora, há multinacionais mais importantes do que nações inteiras. Como conseguem planejar?

Na realidade, as teorias de Hayek são puras petições de princípio, círculos viciosos sem nenhum valor intelectual. A sua fama veio do fato de ser ele símbolo da luta contra o socialismo e contra todo intervencionismo do Estado. Ele rejeita, mas nunca fornece argumentos válidos.

Difícilmente uma teoria econômica que atribui todos os males do capitalismo (inflação, desemprego, má distribuição da renda e riqueza) à ação exclusiva do governo e dos sindicatos tem algo relevante a dizer⁶.

Hayek atribui ao mercado o conhecimento completo e infalível que nega em qualquer entidade humana. O mercado é infalível. Hayek lhe atribui o qualificativo de milagroso. “O milagre consiste no fato de que, no caso de escassez de uma matéria-prima, dezenas de milhares de homens podem ser levados a economizar esse material e seus produtos, cuja identidade só poderia se estabelecer em pesquisas de longos meses, sem que se dê ordem alguma e sem que nada mais do que um punhado de homens conheça as causas. Isso é suficientemente milagroso”. Supondo-se que haja milagre. Ainda não se explica por que é preciso deixar que esse milagre se produza e por que não seria melhor intervir para organizar o mercado.

Milton Friedman nasceu nos Estados Unidos em 1912, filho de uma família de imigrantes do Império austro-húngaro. Foi estudante e depois professor na Universidade de Chicago, onde se tornou o líder da escola monetarista. Ganhou o prêmio Nobel em 1976 e foi para a Califórnia no Herbert Hoover Institute da Universidade de Stanford, base de operações da escola monetarista e santuário da economia, centro de romaria dos economistas conservadores e liberais da década de 80. Esta década dos 80 foi auge da escola monetarista, ainda que na América Latina tenha alcançado o ponto culminante somente na década dos 90. Aqui, porém, a queda foi tão rápida como a ascensão.

As idéias de Milton Friedman são simplistas e rudimentares. Prescindem de toda a história dos últimos 100 anos. Voltam para as concepções de Adam Smith e dos economistas liberais daquele tempo, rejeitando avaliações do desenvolvimento ulterior da economia. Não teriam tido nenhuma notoriedade se não tivessem sido publicadas num momento muito significativo.

Justamente porque as suas idéias eram simples e simplistas, foram acolhidas como bandeira na grande guerra que a direita estava principiando na década dos 80 contra o Estado benfeitor, o Welfare State e contra os pobres. Tratava-se de uma

⁶ José Comblim. O Neoliberalismo, Ideologia dominante na virada do século, p. 43

verdadeira guerra e na guerra as idéias complexas e matizadas não servem. Precisavam de material grosso dotado de uma suprema agressividade. Pois a burguesia não queria discussão acadêmica. Queria destruir o Estado de Bem-estar, queria deixar de pagar impostos, queria poder ganhar dinheiro sem entraves por parte do Estado. Friedman era exatamente o ideólogo à situação: "the right man in the right place".

Toda a teoria de Milton Friedman parte da idéia de mercado que lhe é própria. Todo o problema da liberdade humana está na questão do mercado. É no mercado que se joga o presente e o futuro da liberdade.

Pois, segundo Friedman, somente há dois métodos para organizar as atividades econômicas de milhões de pessoas: o estado totalitário ou o livre-mercado. Quem não adota o livre-mercado, cai no Estado totalitário. O New Deal de Roosevelt não é substancialmente diferente do comunismo de Stalin. Não há outras opções. Embora o autor reconheça que o modelo não existe em estado puro, afirma que os sistemas concretos devem ser julgados a partir da antinomia fundamental: ou o totalitarismo ou livre mercado.

O mercado é liberdade e o estado é opressão. Quem não quer o totalitarismo, deve adotar o mercado.

O que é o mercado segundo Friedman? É uma organização em que o intercâmbio se faz em forma de transações voluntárias entre sujeitos igualmente informados e incapazes de controlar os preços dos bens e serviços. Esta idéia é pura ficção: onde existem transações realmente voluntárias? Onde existe a incapacidade de influir nos preços?

Milton Friedman reconhece que a economia evoluiu desde o esquema simples, que representa o mercado. Surgiram dois elementos: a empresa e o dinheiro. Os sujeitos do contrato já não são puramente indivíduos e a troca deu lugar ao dinheiro. No entanto, ele afirma que estas mudanças não afetam a natureza do mercado.

O que importa é que a empresa esteja em última instância nas mãos de indivíduos e que os indivíduos entrem livremente no mercado. Para Friedman estas condições estão realizadas no capitalismo atual.

O mercado assim definido constitui benefício para ambos os lados. Os dois sujeitos que fazem o contrato lucram. Todos ganham e ninguém perde no mercado. É o milagre de Adam Smith, operado pela “mão invisível”. Cada um busca unicamente o seu interesse e todos ganham: maravilha de mercado!

Além disso, o mercado oferece um mundo de vantagens. Comunica informações mediante o sistema de preços e, dessa maneira, permite aos atores econômicos elaborar projetos. Os preços constituem incentivos para os produtores, que podem procurar aumentar o lucro mediante inovações tecnológicas. Em terceiro lugar, o mercado distribui automaticamente os ingressos na forma de benefícios, rendas e salários.

Esta distribuição dos ingressos deve ser reservada ao mercado. Se o Estado intervém na forma de redistribuição dos ingressos, perturba o mercado, desestimula os produtores e, finalmente, leva à queda da economia.

O monopólio, segundo Friedman, somente ocorre quando há acordo entre interesses particulares e o Estado. Se deixa plena liberdade, não haverá monopólios. O mercado suscita a chegada de novos concorrentes, o que estimula a atividade econômica.

Segundo Friedman o mercado impede a concentração de forças econômicas e diminui a concentração do poder político. Multiplica os centros de poder. Por conseguinte, a luta pela liberdade é simplesmente a luta contra o Estado e qualquer intervenção estatal no jogo do mercado.

O papel do Estado consiste em manter a ordem contra toda violência de fora ou de dentro. Isto quer dizer: defender o direito de propriedade. Além disso, o Estado deve assumir obras que não são de interesse particular de ninguém.

Segundo Friedman, quando o trabalhador oferece o seu trabalho no mercado e o empresário lhe oferece salário, as partes são iguais, cada um atua voluntariamente. É proibido interferir neste contrato.

Claro que ele nunca conheceu as condições de trabalho. Quem vai vender o seu trabalho não vai voluntariamente, mas porque é forçado para sobreviver. Cada trabalhador é muito mais fraco do que qualquer empresário e a relação é totalmente

desigual. A força dos trabalhadores pode estar na associação para defender os seus direitos, o que Friedman não imagina sequer.

Por outro lado, quem vende no mercado não vende voluntariamente: tem que vender a sua produção para viver e para continuar produzindo. Não pode retirar-se do mercado, mas tem que aceitar condições que não aceitaria se não fosse forçado. Quem compra no mercado, nem sempre compra voluntariamente porque há muitas coisas que compra por necessidade para viver e outras que compra forçado psicologicamente pela publicidade.

O mercado livre é pura ficção e pensar que basta estabelecer a liberdade de mercado para chegar à justiça é inconseqüência;

Tais idéias somente puderam triunfar porque iam ao encontro da ira guerreira da Direita e do Partido Republicano contra os sindicatos, contra os intelectuais e funcionários públicos, que promoviam programas sociais, contra os políticos que se deixavam convencer por esses intelectuais denunciados sob o apelido de "Nova Classe".

Friedman não dá importância aos monopólios empresariais, apesar de que representam no capitalismo atual uma força determinante que condiciona uma porção enorme do mercado. O que interessa é o monopólio que, para ele, constituem os sindicatos. Os sindicatos, esses são verdadeiros monopólios.

Nesta concepção, o trabalhador intervém como pura mercadoria. É a negação radical de toda concepção cristã e também humanista do ser humano. Se a teoria fosse aplicada, seria a legitimação das mais cruéis formas de exploração do trabalho que 100 anos de lutas operárias procuraram melhorar pagando o preço de muito sangue, lágrimas e trabalhos.

Para Friedman, o desemprego não é o resultado do mercado capitalista e sim dos sindicatos. Pois os sindicatos provocam a subida dos salários e, desta maneira, a quantidade de trabalho tem que diminuir. Para aumentar o emprego, basta diminuir os salários.

Para este autor, a questão dos salários é realmente o nó da questão econômica. A intervenção do Estado no mercado do trabalho é a causa de todos os problemas econômicos.

Friedman fez uma lista de todas as intervenções do Estado que devem desaparecer: os programas agrícolas, os benefícios para a velhice, as leis de salários mínimo, a legislação em favor dos sindicatos, as tarifas oficiais, as leis de regulamentação de diversos profissões, e assim por diante.

A política intervencionista do Estado de bem-estar provoca o pior dos males: a inflação. Para resolver o problema da inflação, uma regra só: o monetarismo. Ora, a inflação é provocada pelo aumento dos salários. Para diminuir os salários é preciso aumentar a mão-de-obra disponível, e, por isso, provocar o desemprego. Assim se explica por que as Bolsas de Valores sobem cada vez que os salários baixam ou o desemprego aumenta. O desemprego é garantia de luta contra a inflação.

Pois, para reduzir a inflação é preciso reduzir a quantidade de moeda. Como? Impedindo que o estado emita sem medida para os gastos sociais. O monetarismo consiste em proibir que o Estado mexa com a quantidade de moeda circulante. O estado poderia emitir a cada ano uma porcentagem mínima a mais da massa monetária em circulação.

Constrangidos pelo FMI, os governos recorrem ao monetarismo. Limitam as emissões, reduzem os gastos sociais. Pois estes são sempre os sacrificados e os que teoricamente não se justificam. No Primeiro Mundo, as estruturas sociais são fortes e resistem. No Terceiro Mundo, elas são fracas, incompletas. Não têm poder de resistência suficiente, de tal sorte que os estragos do monetarismo são piores ainda.

Já que a teoria de Friedman prescindir da realidade humana e social e pretende submeter toda a vida econômica a um mercado que não existe, é óbvio que a aplicação de tais teorias deve conduzir a desastres humanos: foi o que ocorreu no México, nas nações do Sudeste Asiático, finalmente na Rússia em 1998 e acontecerá no Brasil em breve, apesar da injeção de 41 bilhões de dólares pelo FMI no final de 1998,

Diante dos fracassos, Friedman e os seus alunos não hesitam: o mal vem da insuficiente aplicação das receitas neoliberais. Se o mercado produz catástrofes, o remédio é simples: "mais mercado ainda!".

O individualismo moderno no momento culminante

Nos Estados Unidos os sociólogos devem reconhecer que a sociedade atinge o ápice do individualismo. As antigas virtudes de cidadania estão desaparecendo. Reconhecem que a nova estrutura social com a desigualdade extrema somente pode gerar mais individualismo.

A cultura da satisfação é cultura individualista. Ora, este individualismo tem o seu fundamento na economia capitalista aplicada de maneira radical sem os corretivos que o tornavam mais aceitável no passado.

O pior é que o neoliberalismo se impõe como fonte da moral e da cultura. Dois valores servem para definir o humano: utilidade e rentabilidade. Fora destes valores, o ser humano não é nada. Disseram que o ser humano de hoje, abandonado, sozinho, no mercado, numa concorrência que se afirma ser a fonte da sua felicidade, mas que o deixa na angústia, é a realização do homem de Hobbes: solitário no meio do mundo com a incumbência de lutar contra todos para sobreviver. Assim é o mercado livre: a luta de todos contra todos, isto é, dos fracos oprimidos por gigantes econômicos.

Margaret Thacher dizia que não conhecia a sociedade; somente conhecia indivíduos. É o ponto final do desenvolvimento do individualismo moderno. Na luta dos indivíduos, nem todos serão vencedores. Assim escrevia Hayek numa entrevista ao jornal chileno *El Mercurio*, 19/4/81: "Uma sociedade livre requer certas morais que, em última instância, se reduzem à manutenção das vidas, porque poderia ser necessário sacrificar vidas individuais para preservar um número maior de outras vidas. Portanto, as únicas normas morais são as que levam ao "cálculo de vidas": a propriedade e o contrato".

Na mesma entrevista, Hayek considerava indispensáveis poderes absolutos: "poderes absolutos que, justamente, deveriam ser usados para evitar e limitar todo poder absoluto no futuro". Assim ele dava a Pinochet todos os argumentos que legitimavam o golpe, a repressão e o novo regime ditatorial.

Neste momento, 1999, o neoliberalismo está na defensiva. Está sendo cada vez mais criticado. Nas eleições, os povos começam a manifestar a sua rejeição. Já não acreditam mais nas promessas de futuro glorioso pela virtude milagrosa do mercado. No

entanto, as estruturas são fortes. O poder das entidades que usam o neoliberalismo como trampolim é imenso. As novas elites não vão abandonar tão cedo uma doutrina que lhes justifica uma posição tão privilegiada e que faz deles um povo novo de super-homens, cada vez mais distantes das massas inferiores.

Efeitos do neoliberalismo

Toda mudança de conjuntura exige mudança nos atores sociais, como nos movimentos populares. Quais seriam os efeitos mais evidentes do neoliberalismo naquela parcela da população que os movimentos populares procuram sensibilizar, mobilizar e organizar?

1) A despolitização: O fracasso do socialismo real na Europa e a ofensiva da mídia centrada no estímulo consumista favorecem o desinteresse pela política. O neoliberalismo proclama que "a história acabou", procurando apagar as utopias do horizonte histórico e ironizando os empenhos idealistas. A corrupção que grassa entre políticos profissionais, e as divisões internas dos grupos e partidos de esquerda, reforçam a idéia de que a política é um terreno pantanoso no qual não se deve pisar.

Como a idolatria do mercado é incensada pelo neoliberalismo, a publicidade e a mídia procuram vender a imagem de que a felicidade reside na despolitização, no lazer, na volta para os interesses individuais. A vida tranqüila restringe-se às esferas da família, do trabalho e do prazer. Ultrapassar os limites desse círculo hermético é correr o risco de meter-se em dificuldades e sofrimentos, dores de cabeça e perseguições.

No entanto, é preciso não esquecer: quem não gosta de política é governado por quem gosta. Se a maioria não gosta, azar dela, pois deve aceitar ser governada pela minoria.

2) O municipal predomina sobre o nacional e o mundial: Embora a globalização faça do mundo uma pequena aldeia que, de dentro de casa, nossos olhos abarcam através da janela eletrônica da TV, as pessoas tendem a se sentir impotentes frente à magnitude dos problemas internacionais e nacionais. Voltada para seus próprios

interesses e preocupada com sua qualidade de vida, a maioria parece sensibilizar-se mais com as questões municipais: o transporte, a escola, a saúde etc.

Iniciativas como orçamentos participativos das prefeituras ou mutirões na lavoura e na construção civil, lutas por terra e por teto, mobilizam mais que a solidariedade ao Timor Leste ou a luta em favor da demarcação das terras indígenas no Brasil.

3) A prática social predomina sobre as teorias revolucionárias: Muitos parecem cansados de teorias, outros estão enfiados de conceitos e análises. Já não se crê na "conscientização", pois inúmeros militantes "conscientes" abraçam, hoje, as benesses do neoliberalismo e torcem o nariz quando ouvem falar de socialismo. As obras de Marx e da Teologia da Libertação pouco saem das prateleiras, como se a prática histórica tivesse comprovado que não merecem muita credibilidade.

"Mais ações, menos reuniões", conclamava Betinho poucas horas antes de morrer. Muitos já não querem ouvir análises de conjuntura, querem fazer algo de concreto pelas crianças de rua, pela reforma agrária, pela preservação do meio ambiente. Ainda que tais ações sejam ou pareçam assistencialistas e paliativas.

As CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) torcem o nariz para os carismáticos, mas são estes que lotam templos e estádios. A pastoral social da Igreja católica encara com desdém as Igrejas neopentecostais, mas são elas que atraem camadas mais pobres da população e promovem grandes concentrações urbanas.

As pessoas querem menos análises e mais soluções, mais emoções e menos razões.

4) Bandeiras específicas no lugar de vagas utopias: A cultura que transforma tudo em mercadoria imediata e palpável tende a esvaziar a atração das propostas genéricas, como mundo melhor, libertação e socialismo. As pessoas não parecem muito preocupadas com o futuro da humanidade; querem saber como assegurar seu emprego, obter um plano de saúde, levar a família de férias à praia.

Durante décadas falou-se em reforma agrária no Brasil. Só no momento em que a bandeira se atrelou às ocupações de terra, que garantem lotes às famílias sem-terra, é que a luta pela reforma agrária se tornou concreta. Já não se espera "fazer revolução"

para, depois, conquistar direitos sociais. O fracasso das lutas na Nicarágua e El Salvador afeta a credibilidade nos projetos históricos. Partidos como o PT oscilam entre seu programa original e a prática eleitoreira que submerge parcela da militância numa disputa por cargos e mandatos. O trabalho de base é abandonado.

As pessoas estão dispostas a lutar por benefícios imediatos, como obter uma terra, uma casa, um emprego. E nem sempre prosseguem na mesma disposição de luta após resolverem a sua demanda pessoal e familiar.

5) As novas bandeiras - ecologia, relações de gênero, questão racial: O enfoque político desloca-se do macro para o micro, do global para o local, do social para o pessoal. Não tanto no sentido excludente, de um substituindo o outro. Mas a prioridade é concedida, agora, ao micro, ao local, ao pessoal.

Em busca de qualidade de vida, a preservação do meio ambiente mobiliza amplos setores da população, superando tensões entre classes sociais e unindo ricos e pobres. A emancipação da mulher acentua o debate sobre relações de gênero, politizando temas até então restritos à esfera privada e revestidos de tabu: a sexualidade, o machismo, a violência entre casais ou sobre os homossexuais etc.

A afirmação da negritude e da condição indígena é sintoma da atualidade de pautas sociais que ultrapassam os conceitos do marxismo vulgar, restrito ao conflito de classes. No sindicalismo, a luta de classes dá lugar às câmaras setoriais, aos mecanismos de diálogo entre patrões e empregados, à participação acionária de trabalhadores nas empresas.

6) A emergência da espiritualidade: A predominância do pessoal sobre o social favorece a preocupação com o equilíbrio e a harmonia individuais, a subjetividade, a vida espiritual. Já que as ideologias não suscitam tanta esperança como outrora, muitos buscam nas religiões um sentido para a vida.

Fatigadas de racionalismo, as pessoas querem resgatar o encantamento do mundo. O maravilhoso, o miraculoso, o esotérico, exercem forte atração nesse mundo em que o sonho político não encontra lugar e as utopias parecem ainda mais distantes.

Gênese, Retórica e Prática

A aplicação de políticas de gestão econômica de tipo neoliberal, nos países de capitalismo avançado, significou e tem significado um modelar desmonte do setor público e um deslocamento dos conflitos econômicos para a esfera do mercado. Desde a ascensão de Margareth Thatcher ao governo inglês, no final dos anos setenta, o pacote neoliberal de "ajuste" tem incluído forte contenção monetária, eliminação de constrangimentos e regulamentações sobre o livre fluxo de capital financeiro, aumento das taxas de juros reais, reformas fiscais de caráter anti-redistributivo e aumento deliberado das taxas de desemprego, entre outras medidas.

Mas o neoliberalismo não se compreende, hoje, como mera política econômica "realista", nascida para "enxugar" o Estado, liberar das amarras burocráticas os agentes do mercado e, assim, superar desequilíbrios tópicos de economias com déficits fiscais ou problemas monetários.

A exposição que se segue - no formato de um rápido painel introdutório - pretende contribuir para uma visualização mais multifacetada do conceito de neoliberalismo, a partir de três aspectos:

Em primeiro lugar, vê-lo como resultado de um movimento histórico-social vindo à luz na década de 1970, em resposta à profunda crise no processo de acumulação capitalista então deflagrada; em segundo lugar, como um corpo articulado de proposições econômicas e sociais, ancorado em aspectos específicos da tradição liberal e traduzido em vulgata para embasar uma retórica político-ideológica; e, finalmente, como prática política adotada, sobretudo desde os oitenta, por organismos internacionais de financiamento, sob hegemonia dos países capitalistas centrais, destinada a estabelecer programas de "ajuste estrutural" também nas economias do Terceiro Mundo, na esteira da crise da dívida externa.

Crise Econômica e "Reconstrução" Neoliberal

Nos anos oitenta disseminou-se pelo planeta um modo de gestão econômica do qual a economia e a política mundiais "globalizadas" assistiram à substituição da Guerra Fria - e de toda a concepção de mundo a ela articulada - por uma nova configuração das relações internacionais. Com a *débacle* do bloco socialista, o anticomunismo deixou de ser a pedra-de-toque da ideologia burguesa ocidental. Os países do Leste vêm sendo, aos poucos, integrados ao novo modo de gestão, com a privatização dos controles estatais, a substituição da provisão pública pelo mercado e a agregação ao mercado mundial.

Como se sabe, "essa revolução transnacional tomou lugar em oposição ao pano de fundo da crise do capitalismo mundial dos anos 70, que exigiu uma reestruturação de longo alcance das condições econômicas, sociais e políticas da acumulação de capital. O neoliberalismo (...) foi o projeto hegemônico que guiou esta reestruturação e conformou esta trajetória".

Para compreendermos o neoliberalismo como um projeto de reestruturação com pretensões hegemônicas no momento presente do capitalismo, no plano econômico mas também no político-ideológico, a primeira providência é tomá-lo historicamente.

Perspectiva Histórica

É comum, nos dias que correm, a concepção da "normalidade" econômica como uma situação ideal de mercado. Soam familiares, para os que vivemos na década de noventa do século XX, os discursos que afirmam que sem a livre concorrência não há aumento de produtividade, não há emprego, não há progresso econômico e, logo, não há prosperidade social.

Esses discursos são tão "normalmente" pronunciados que parecem pressupor que os economistas - esses intelectuais responsáveis pela explicação do funcionamento do mundo econômico aos leigos - construíram uma teoria "que 'prova' que, em condições de concorrência, os consumidores que maximizem a utilidade e que façam

trocas, bem como os empresários que maximizem os lucros e que façam trocas, automaticamente agirão e interagirão de maneira a maximizar o bem-estar social".

Atente, no entanto, para o fato de que a citação acima não foi retirada do jornal do dia nem do pronunciamento de nenhuma autoridade da área econômica do governo, e sim de um manual de história do pensamento econômico, e não foi escrita para descrever a economia destes tempos de neoliberalismo, mas para resumir os traços gerais da "visão beatífica" e de "felicidade eterna" dos economistas neoclássicos, que pontificavam no século XIX.

Percebe-se, pela coincidência frisada acima, que a cada momento histórico particular, os agentes sociais do processo de acumulação procuram apresentar este processo ao conjunto da sociedade como "normal" e como voltado para o "interesse geral". Esta suposta normalidade encobre tanto a hegemonia da classe capitalista sobre o conjunto da sociedade quanto a disputa por hegemonia entre as frações do capital total, particularmente o capital financeiro e o capital produtivo - frações que se distinguem entre si por sua função no processo de acumulação.

Conflitando continuamente entre si pela direção do processo de acumulação, os agentes sociais que representam as frações do capital total reagem aos obstáculos ciclicamente antepostos à acumulação, de modo a fazê-la retomar seu curso e buscando estabelecer, assim, uma nova normalidade que passe a representar "o 'interesse geral' objetivo conforme delineado pelos parâmetros correntes do modo de produção prevalente e sua ordem de classes".

Vejamos mais de perto, agora, a configuração da Grande Crise da economia mundial dos anos setenta e a ascensão do neoliberalismo como um construto ideológico de pretensão hegemônica.

Crescimento e Crise

Os países capitalistas avançados da Europa Ocidental e América do Norte desfrutaram, nos vinte anos entre o fim da II Guerra e os meados da década de sessenta, um período de prosperidade sem precedentes. Além de marcada pelo forte e rápido crescimento da produção industrial e pela difusão social dos benefícios, tal expansão

econômica foi capaz de gerar a poupança necessária à reprodução dos altos níveis de investimento então verificados.

Inicialmente favorecido pelos altos investimentos na construção civil (dentro do esforço de reconstrução do pós-guerra) e pela expansão do comércio internacional, o bom do período consolidou-se mediante uma política deliberada de pleno emprego de mão-de-obra e um ritmo acelerado de progresso tecnológico.

Nesse sentido, do ponto de vista do modo de alocação do excedente produtivo, aquele momento caracterizou-se pela generalização do que se convencionou chamar de regime de acumulação intensiva ou fordista. "Combinando os princípios de organização científica do trabalho (o taylorismo) com o consumo em massa, este regime tornou possível uma interação positiva entre as transformações das condições de produção e as transformações das condições de consumo".

De outra parte, estabeleceu-se um conjunto de procedimentos e formas institucionais capazes de assegurar a estabilidade do regime de acumulação vigente, isto é, consolidou-se um novo "modo de regulação", geralmente chamado monopolista.

A Retórica Neoliberal

Depreende-se do exposto acima que o neoliberalismo significa a formulação de claros interesses de fração em termos de interesses "nacionais" ou "gerais". Nesse sentido, para que seja possível formular "em termos de" interesse geral um interesse particular, é necessária a mediação de um sistema simbólico adequado, que codifique satisfatoriamente uma concepção de mundo, assim como cumpra as funções de meio de comunicação e de instrumento de dominação.

Retórica e Eficácia

De certo modo, essa eficácia política da retórica neoliberal oferece aos economistas a possibilidade de valorização de seu discurso profissional. Assim, num momento de baixa da aceitação pública da pretensão de cientificidade do discurso econômico, o neoliberalismo aparece como um achado, que revigorava o raio de ação dos economistas.

Por outro lado, naturalmente, o sucesso ideológico não se limitou à corporação dos economistas. A nova ética neoliberal provou possuir um forte apelo para diversas camadas. Seu neoconservadorismo tem municiado a burguesia neoliberal com um discurso político calcado no conservadorismo moral. Novos estratos sociais, como as "novas classes médias", foram atraídos pela lógica da mobilidade social ascendente, e antigas camadas, como a própria classe trabalhadora, têm sido atraídas pela ideologia da família e da nação. No caso da classe trabalhadora, este impacto é particularmente sensível, uma vez que o tratamento reacionário dos problemas sociais pelo neoliberalismo cria dificuldades para que a própria esquerda, em muitos casos também ela convertida à retórica neoliberal, articule um discurso social compatível com o neoliberalismo, conservando assim sua antiga clientela eleitoral.

A mistura precisa de elementos (ideologia do livre mercado e neoconservadorismo) varia de país para país, dependendo da conjuntura política e da situação particular do país na ordem mundial, mas é certo que essas mudanças de orientação ideológica têm causado forte impacto no terreno político.

Nesse sentido, a disputa por hegemonia no terreno político-econômico dá-se, hoje, essencialmente, em torno das políticas de ajuste em curso.

Conforme o exposto acima, a crise de dimensões mundiais por que passou o capitalismo na década de 1970 exigiu uma radical reestruturação nos padrões de acumulação fordista e de regulação monopolista até então em vigor. O novo construto político-ideológico e de gestão econômica que emergiu com este processo de reestruturação foi o neoliberalismo, que, do ponto de vista da disputa entre as frações do capital total, visou e visa reorientar a economia, a política e a sociedade capitalista para uma nova "normalidade", afeita à perspectiva do capital financeiro transnacional. Este construto ideológico materializa-se a partir de um quadro teórico extraído da ciência econômica e de sua vulgarização através de "formadores de opinião", até conectar-se com as orientações de governo e com a prática de gestão administrativa dos quadros das tecnocracias estatais.

O certo é que a disputa pela consolidação da hegemonia neoliberal situa-se, hoje, tanto no plano nacional quanto no internacional. Na fase econômica presente, o

neoliberalismo, enquanto construto ideológico, busca firmar-se como referência política hegemônica.

Na vivência cotidiana dos anos noventa, em cada página de jornal, em cada discurso presidencial, em cada greve, em cada estatística sobre indicadores sociais, o neoliberalismo aparece como divisor de águas, como parâmetro central do conflito político contemporâneo.

Neoliberalismo no Brasil

A oposição ao neoliberalismo se deve aos seguintes pontos principais:

a) a política neoliberal, em seus primórdios, instalou-se em países com forte tradição política social-democrata ou voltada para a constituição do Estado do Bem-Estar Social, desmontando-a em consonância com as novas exigências do capital que não só não precisa desse tipo de Estado para acumular-se e reproduzir-se, mas ainda nele vê um obstáculo. Ora, no Brasil, nunca tivemos o estado de Bem-Estar Social, pelo contrário, aqui reina a república oligárquica a serviço dos interesses de uma classe social.

Aqui, portanto, o neoliberalismo sequer possui, no Estado existente, um adversário a combater, não precisa destruir muitos direitos adquiridos pelos trabalhadores, pois estes sequer alcançaram a cidadania no plano dos direitos sociais. Entre nós, a proposta neoliberal não é o "moderno" tão decantado, mas a conservação do arcaico poder das oligarquias;

b) a política neoliberal, em seus primórdios instalou-se em países com forte tradição democrática, portanto, onde os direitos estavam consolidados, tornando compreensível que, à medida que seus efeitos se faziam sentir, um a oposição pudesse organizar-se contra ela, a partir a sociedade. Ora, a sociedade brasileira não possui essa tradição, mas, pior do que isto, é atravessada por uma divisão social que bloqueia o próprio advento da democracia.

De fato, nossa sociedade é polarizada pela divisão entre a carência e o privilégio. A marca da primeira é ser sempre específica e particular, não conseguindo generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito. Por seu turno, a marca do privilégio é a particularidade, não podendo generalizar-se num interesse comum e muito menos universalizar-se num direito sem deixar de ser privilégio. A marca, porém, da democracia é a criação de direitos e, assim, nossa sociedade encontra-se estruturada de tal modo que não há como consolidar a democracia. É preciso criá-la. Ora, o neoliberalismo, como vimos, opera por exclusão, pela polarização de bolsões de privilégios e de misérias, pela destruição dos direitos sociais e políticos.

Como, portanto, esperar que seja agente democrático? E como esperar que encontre forte oposição democrática se a democracia ainda precisa ser criada entre nós? Donde a ilusão de muitos intelectuais que julgam estar navegando a favor da corrente do tempo histórico quando apostam num projeto neoliberal para o país;

c) é preciso, no Brasil, uma reforma do Estado. Esta afirmação, porém, pode ser abstrata, se não indagarmos qual é o Estado a ser reformado e qual a reforma necessária. Uma das marcas mais impressionantes do Estado brasileiro é seu modo de relação com a classe dominante: esta não o vê como um instrumento de poder para auxiliá-la na dominação, devendo, porém, cumprir outras funções políticas e sociais que lhe permitam aparecer como poder público e representativo, mas o vê e o utiliza como poder privado a serviço exclusivamente de seus próprios interesses.

A classe dominante brasileira privatizou o Estado, ou seja, tornou impossível a distinção entre o público e o privado. Collor e os Sete Anões são apenas uma espuma flutuante que esconde as profundezas de uma estrutura que impede verdadeiramente a política, isto é, a natureza pública e simbólica do poder. Se assim é, então o projeto neoliberal de reforma do Estado por meio da privatização das empresas estatais e dos serviços sociais (saúde, educação, habitação, transporte, cultura, etc.) surge, no Brasil, como uma caricatura perversa, uma vez que a "privatização" consiste em passar do monopólio estatal, que regula os preços dos produtos segundo exigências da própria classe dominante, ao oligopólio propriamente privado.

Noutras palavras, como não há no Brasil o que se entende classicamente por sociedade civil –isto é, o mercado como esfera independente do Estado–, uma vez

que a classe dominante domina o mercado, graças à ação protecionista do estado, o projeto neoliberal de reforma do Estado e a privatização consistem em impedir, paradoxalmente, a existência da esfera pública estatal propriamente dita como representante dos direitos da maioria.

Da república oligárquica que hoje governa o país (a gestão Itamar Franco já estabeleceu um governo do PFL e do PSDB) ao neoliberalismo como projeto explícito para a próxima gestão presidencial, nada muda e, pior, são postas as condições para que uma república democrática não seja instituída no país.

O Neoliberalismo: Fatos históricos marcantes ocorridos entre o final da década de 1980 e o início da de 1990 determinaram um processo de rápidas mudanças políticas e econômicas no mundo. Até mesmo os analistas e cientistas políticos internacionais foram surpreendidos pelos acontecimentos:

- A queda do Muro de Berlim em 1989;
- fim da Guerra Fria;
- fim da Guerra Fria;
- fim do socialismo real;
- A desintegração da União Soviética, em dezembro de 1991, e seu desdobramento em novos Estados Soberanos (Ucrânia, Rússia, Lituânia etc.);
- A formação de blocos econômicos regionais (União Européia, Nafta, Mercosul, etc.);
- grande crescimento econômico de alguns países asiáticos (Japão, Taiwan, China, HongKong, Cingapura), levando a crer que constituirão a região mais rica do Século XXI;
- fortalecimento do capitalismo em sua atual forma, ou seja, o neoliberalismo;
- grande desenvolvimento científicos e tecnológico ou Terceira Revolução Industrial ou Tecnológica.

Podemos considerar como inauguradores do modelo neoliberal os governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan no início dos anos 80, quando ocorrem profundos cortes de investimentos sociais, internamente, e percebe-se uma grande preocupação

com a formação de blocos econômicos que ajudem a suprimir gastos com a circulação de produtos e capitais. No entanto os setores estratégicos da economias norte-americana e inglesa continuam sob protecionismo.

Foram apontadas, entre as funções do neoliberalismo, a de restringir o papel do Estado na garantia dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais e a de privatizar empresas públicas para favorecer o mercado. Também foi dada ênfase ao mecanismo neoliberal de transformar os cidadãos em simples consumidores, envolvidos numa cultura padronizada e submetidos a valores distantes da sua própria realidade. Valores impostos, que são difundidos, principalmente, pelos meios de comunicação, pela educação e políticas culturais oficiais.

Principais Características do Neoliberalismo:

I- O egoísmo humano como motor da economia

Segundo adam Smith e seus discípulos, a chave para a compreensão da organização econômica e social, assim como a força motriz que impulsiona o desenvolvimento, é o egoísmo humano.

É incentivando ao máximo os impulsos egoístas e as ambições pessoais que chegaremos ao êxito econômico. Quanto mais oportunidades de ganho tiverem as pessoas, mais disponibilidade terão para o trabalho. O melhor incentivo para o trabalho continua sendo o maior lucro. Para conseguir que uma pessoa trabalhe com dedicação e responsabilidade, não lhe devemos falar de nossas necessidades, mas sim de suas maiores entrada. O motor da economia está radicado na ambição desenfreada das pessoas. "Incentivemo-las ao máximo – dizem os neoliberais – e estarpa garantido o êxito".

II- O Mercado: " a mão invisível"

Ora, organizar uma sociedade com base nos egoísmos individuais é a mesma coisa que condená-la à morte. Teríamos um mundo feito de exploradores e avarentos ambiciosos. Adam Smith bem que viu esta grande dificuldade, tanto que, para superá-la, recorre a um mecanismo regulador. Este organismo chama-se mercado. A competência que cria o mercado vem a ser como a grande válvula reguladora da economia.

Esta função estabilizadora e equilibrada do mercado é aquilo que Adam Smith chama de “a mão invisível”.

III- O Estado benfeitor como inimigo número um

O neoliberalismo quer o Estado sem projeto e sem espaço nacional, totalmente submisso às leis do mercado. Não quer um estado preocupado com o bem comum de toda a população e empenhado em garanti-lo, inclusive porque não acredita nele. Pretende reduzi-lo a um mero policial, encarregado tão somente de vigiar e fazer cumprir as normas estabelecidas. Não lhe atribui nenhuma responsabilidade além de um árbitro, encarregado de fazer observar as regras do jogo. Para o neoliberalismo o inimigo não só é o Estado Ditatorial ou Oligárquico; é também, e sobretudo, o Estado democrático, participativo e eficiente, uma vez que não acreditam nem na democracia econômica, nem na participação popular, nem na eficiência estatal.

Os Efeitos Contrastantes do modelo Neoliberal

Uma olhada no panorama econômico mostra-nos de forma muito clara e convincente que a era Neoliberal produziu desequilíbrios e desigualdades até então nunca vistos, tanto entre países ricos e pobres, quanto entre os setores sociais dentro desses mesmos países.

O Custo Social do Neoliberalismo

De toda competição saem sempre vencedores e perdedores. A lógica do sistema neoliberal torna mais fortes e ricos aqueles que controlam o capital e mais fracos e pobres os que não podem contar senão com o trabalho de seus braços. Acontece que, desta forma, poucos se tornam cada vez mais poderosos, e os pobres cada vez mais numerosos e miseráveis.

Quem paga os custos é o povo

- Aumento de desemprego
- Diminuição do salário real
- Deterioração da saúde e da alimentação
- Educação à deriva

- **Conseqüências**

No contexto de um país subdesenvolvidos, os efeitos da globalização têm sido desastrosos. Um exemplo ilustrativo foi o ocorrido com o México, que viveu sua pior crise, financeira em dezembro de 1994. O país fora, até então, o melhor aluno do FMI e do Banco Mundial; fez a desregulamentação da economia, a abertura econômica ao exterior e a política de privatizações de suas empresas estatais.

De um dia para outro bilhões de dólares de capital especulativo foram transferidos de suas bolsas de valores para outras praças. A crise financeira resultante teve as conseqüências típicas desse quadro: inflação, recessão, aumento do desemprego e falências de empresas. Estamos vivendo, portanto, um momento ímpar na história da humanidade. A globalização da economia exige das empresas nacionais um esforço para se adaptarem à nova realidade mundial, com métodos cada vez mais apurados de administração empresarial, controle eficaz do capital financeiro, novas tecnologias, baixos custos de produção, mão-de-obra altamente qualificada etc., requisitos que elas nem sempre são capazes de possuir.

No mundo globalizado, a competição e a competitividade entre as empresas tornaram-se questões de sobrevivência. Entretanto, como o poder das empresas (quanto ao domínio de tecnologias, de capital financeiro, de mercados, de distribuição etc.) é desigual, surgem relações desiguais entre elas e o mercado.

Algumas sairão vitoriosas e outras sucumbirão. Muitos setores da economia estão oligopolizados e até mesmo monopolizados, dificultando a entrada de novos competidores. Desse modo, a noção de livre mercado é relativa. Muitos setores da atividade econômica já tem "dono" e dificilmente permitiram a entrada de novos produtores. A globalização da economia e das finanças beneficia, assim, amplamente o grande capital, as grandes corporações transnacionais.

CONCLUSÃO

Foi ressaltado nesta Dissertação Filosófica que Neoliberalismo, busca adaptar os princípios do antigo liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno; a crise dos liberais do século XVIII, exigiam para todos a igualdade nos direitos políticos e civis, mas a tese dos neoliberais é que o liberalismo não fracassou, mas foi abandonado sem que tenha sido posto totalmente em prática.

Da mesma forma que os antigos defensores do liberalismo econômico os neoliberais acreditam que a vida econômica é regida por uma ordem natural, cuja mola-mestre é o mecanismo dos preços.

Diferentemente daqueles, porém, os neoliberais defendem a idéia de que o Estado pode intervir na economia, deste que seja para disciplina-la, combater os excessos da livre-concorrência e assegurar a estabilidade financeira monetária.

O final do século XX exhibe uma variedade de novos termos e de novas tendências na política e na economia, destacando-se neoliberalismo, que reflete a idéia de projetos nacionais de desenvolvimento. Essa nova ordem parte dos grandes centros e se espalha por todo o mundo capitalista. Seus defensores pretendem que esse modelo solucione os problemas sociais e econômicos dos países pobres.

Os neoliberais defendem que o único sistema possível de organização social, baseada na divisão do trabalho é o capitalismo, são inúteis e inviáveis todas as formas alternativas de organização social, inclusive o socialismo.

Para o neoliberalismo o homem é um ser de necessidades e desejos. As necessidades do homem se manifestam através dos desconfortos e os desejos através das escolhas.

O mercado como coordenador das atividades econômicas é entendido como um processo movimentado pela interação das ações individuais num sistema social baseado na divisão de trabalho e na propriedade privada dos meios de produção. No mercado todos agem por conta própria, mas baseada na divisão do trabalho, o indivíduo por livre vontade se integra no sistema de cooperação; as forças que determinam a situação do mercado são os julgamentos de valor dos indivíduos e as ações praticadas em funções deles. Por outro lado, na concepção neoliberal, nunca podemos conhecer todos ou pormenores das modificações que influem nas condições da ofertas da procura das diferentes mercadorias. O monopólio para os neoliberais é uma degeneração do livre mercado, em qualquer forma de organização social está presente a competição.

Na teoria neoliberal economia e política não são questões separadas. Existe uma relação íntima entre ambas. A economia, entretanto é tratada como um fim em si mesmo e como um instrumento indispensável para obtenção da liberdade política, ou seja, sem liberdade econômica não existe liberdade política.

O neoliberalismo defende o Estado de direito como forma de garantir a ordem e a necessidade do governo como árbitro que interpreta e põe em vigor as regras estabelecidas constitucionalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras de Referência

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

JAPIASSU, Hilton & MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

Bibliografia

COMBLIN, José. *O neoliberalismo Ideologia dominante na virada do século. (Coleção Teologia e Libertação)*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

HOLANDA, Francisco Urubam Xavier de. *Do liberalismo ao neo-liberalismo: O Itinerário de uma cosmovisão impenitente*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. *Novos Atores entram em cena no Palco*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PEREIRA, Júlio César R. **Epistemologia e Liberalismo**. São Paulo, s/ed. 1989.

SILVEIRA, Edenal. **História das Transformações Populacionais**. São Paulo: Instituto Brasileiro, 1997.

STEWART JR., Donald. **O que é liberalismo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

Internet

<http://www.alomundo.com.br/outras/moticias/neoliberalismo.htm>

<http://upd.cefetsp.br/~eso/neolibermirsader.html>

http://www.mhd.org/artigos/levi_neoliberalimo.html

http://www.politica.pro.br/Cursos/curso_crises_aula1.htm

ANEXOS

Será constatado neste anexo, textos para um maior enriquecimento e informações sobre o neoliberalismo.

BALANÇO DO NEOLIBERALISMO

http://www.politica.pro.br/Cursos/curso_crisis_aula1.htm

**Perry Anderson*

Começemos com as origens do que se pode definir do neoliberalismo como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: "Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna".

Três anos depois, em 1947, enquanto as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra efetivamente se construíam, não somente na Inglaterra, mas também em outros países, neste momento Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Aí se fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de

franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro. As condições para este trabalho não eram de todo favoráveis, uma vez que o capitalismo avançado estava entrando numa longa fase de auge sem precedentes – sua idade de ouro –, apresentando o crescimento mais rápido da história, durante as décadas de 50 e 60. Por esta razão, não pareciam muito verossímeis os avisos neoliberais dos perigos que representavam qualquer regulação do mercado por parte do Estado. A polêmica contra a regulação social, no entanto, tem uma repercussão um pouco maior. Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Esta mensagem permaneceu na teoria por mais ou menos 20 anos.

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a

restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado. O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos.

A hegemonia deste programa não se realizou do dia para a noite. Levou mais ou menos uma década, os anos 70, quando a maioria dos governos da OCDE – Organização Européia para o Comércio e Desenvolvimento – tratava de aplicar remédios keynesianos às crises econômicas. Mas, ao final da década, em 1979, surgiu a oportunidade. Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita. A partir daí, a onda de direitização desses anos tinha um fundo político para além da crise econômica do período. Em 1978, a segunda guerra fria eclodiu com a intervenção soviética no Afeganistão e a decisão norte-americana de incrementar uma nova geração de foguetes nucleares na Europa ocidental. O ideário do neoliberalismo havia sempre incluído, como componente central, o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra. O novo combate contra o império do mal – a servidão humana mais completa aos olhos de Hayek – inevitavelmente fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo político, consolidando o predomínio da nova direita na Europa e na América do Norte. Os anos 80 viram o triunfo mais ou menos incontestado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado.

O que fizeram, na prática, os governos neoliberais deste período? O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.

A variante norte-americana era bem distinta. Nos Estados Unidos, onde quase não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. Deve-se ressaltar que, na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão. Mas, decididamente, não respeitou a disciplina orçamentária; ao contrário, lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criaram um déficit público muito maior do que qualquer outro presidente da história norte-americana. Mas esse recurso a um keynesianismo militar disfarçado, decisivo para uma recuperação das economias capitalistas da Europa ocidental e da América do Norte, não foi imitado. Somente os Estados Unidos, por causa de seu peso na economia mundial, podiam dar-se ao luxo do déficit massivo na balança de pagamentos que resultou de tal política.

No continente europeu, os governos de direita deste período – amiúde com fundo católico – praticaram em geral um neoliberalismo mais cauteloso e matizado que as potências anglo-saxônicas, mantendo a ênfase na disciplina orçamentária e nas reformas fiscais, mais do que em cortes brutais de gastos sociais ou enfrentamentos deliberados com os sindicatos. Contudo, a distância entre estas políticas e as da social-democracia governante anterior já era grande. E, enquanto a maioria dos países no norte da Europa elegia governos de direita empenhados em várias versões do neoliberalismo, no sul do

continente – território de De Gaulle, Franco, Salazar, Fanfani, Papadopoulos, etc. –, previamente uma região muito mais conservadora politicamente, chegavam ao poder, pela primeira vez, governos de esquerda, chamados de euro-socialistas: Mitterrand, na França; González, na Espanha; Soares, em Portugal; Craxi, na Itália; Papandreou, na Grécia. Todos se apresentavam como uma alternativa progressista, baseada em movimentos operários ou populares, contrastando com a linha reacionária dos governos de Reagan, Thatcher, Kohl e outros do norte da Europa. Não há dúvida, com efeito, de que pelo menos Mitterrand e Papandreou, na França e na Grécia, genuinamente se esforçaram para realizar uma política de deflação e redistribuição, de pleno emprego e de proteção social. Foi uma tentativa de criar um equivalente no sul da Europa do que havia sido a social-democracia do pós-guerra no norte do continente em seus anos de ouro. Mas o projeto fracassou, e já em 1982 e 1983 o governo socialista na França se viu forçado pelos mercados financeiros internacionais a mudar seu curso dramaticamente e reorientar-se para fazer uma política muito próxima à ortodoxia neoliberal, com prioridade para a estabilidade monetária, a contenção do orçamento, concessões fiscais aos detentores de capital e abandono do pleno emprego. No final da década, o nível de desemprego na França socialista era mais alto do que na Inglaterra conservadora, como Thatcher se gabava amiúde de assinalar. Na Espanha, o governo de González jamais tratou de realizar uma política keynesiana ou redistributiva. Ao contrário, desde o início o regime do partido no poder se mostrou firmemente monetarista em sua política econômica: grande amigo do capital financeiro, favorável ao princípio de privatização e sereno quando o desemprego na Espanha rapidamente alcançou o recorde europeu de 20% da população ativa.

Enquanto isso, no outro lado do mundo, na Austrália e na Nova Zelândia, o mesmo padrão assumiu proporções verdadeiramente dramáticas. Sucessivos governos trabalhistas ultrapassaram os conservadores locais de direita com programas de neoliberalismo radical – na Nova Zelândia, provavelmente o exemplo mais extremo de todo o mundo capitalista avançado, desmontando o Estado de bem-estar muito mais completa e ferozmente do que Thatcher na Inglaterra.

O que demonstravam estas experiências era a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia. No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo,

inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal. O neoliberalismo havia começado tomando a social-democracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da social-democracia. Depois, os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais. Nem todas as social-democracias, bem entendido. Ao final dos anos 80, a Suécia e a Áustria ainda resistiam à onda neoliberal da Europa. E, fora do continente europeu, o Japão também continuava isento de qualquer pressão ou tentação neoliberal. Mas, nos demais países da OCDE, as idéias da Sociedade de Mont Pèlerin haviam triunfado plenamente. Poder-se-ia perguntar qual a avaliação efetiva da hegemonia neoliberal no mundo capitalista avançado, pelo menos durante os anos 80. Cumpriu suas promessas ou não? Vejamos o panorama de conjunto. A prioridade mais imediata do neoliberalismo era deter a grande inflação dos anos 70. Nesse aspecto, seu êxito foi inegável. No conjunto dos países da OCDE, a taxa de inflação caiu de 8,8% para 5,2%, entre os anos 70 e 80, e a tendência de queda continua nos anos 90. A deflação, por sua vez, deveria ser a condição para a recuperação dos lucros. Também nesse sentido o neoliberalismo obteve êxitos reais. Se, nos anos 70, a taxa de lucro das indústrias nos países da OCDE caiu em cerca de 4,2%, nos anos 80 aumentou 4,7%. Essa recuperação foi ainda mais impressionante na Europa Ocidental como um todo, de 5,4 pontos negativos para 5,3 pontos positivos. A razão principal dessa transformação foi, sem dúvida, a derrota do movimento sindical, expressado na queda drástica do número de greves durante os anos 80 e numa notável contenção dos salários. Essa nova postura sindical, muito mais moderada, por sua vez, em grande parte era produto de um terceiro êxito do neoliberalismo, ou seja, o crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente. A taxa média de desemprego nos países da OCDE, que havia ficado em torno de 4% nos anos 70, pelo menos duplicou na década de 80. Também este foi um resultado satisfatório. Finalmente, o grau de desigualdade – outro objetivo sumamente importante para o neoliberalismo – aumentou significativamente no conjunto dos países da OCDE: a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média nos anos 80, e os valores das bolsas aumentaram quatro vezes mais rapidamente do que os salários.

Então, em todos estes itens, deflação, lucros, empregos e salários, podemos dizer que o programa neoliberal se mostrou realista e obteve êxito. Mas, no final das contas, todas estas medidas haviam sido concebidas como meios para alcançar um fim histórico, ou seja, a reanimação do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas altas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise dos anos 70. Nesse aspecto, no entanto, o quadro se mostrou absolutamente decepcionante. Entre os anos 70 e 80 não houve nenhuma mudança – nenhuma – na taxa de crescimento, muito baixa nos países da OCDE. Dos ritmos apresentados durante o longo auge, nos anos 50 e 60, restam somente uma lembrança distante.

Qual seria a razão deste resultado paradoxal? Sem nenhuma dúvida, o fato de que – apesar de todas as novas condições institucionais criadas em favor do capital – a taxa de acumulação, ou seja, da efetiva inversão em um parque de equipamentos produtivos, não apenas não cresceu durante os anos 80, como caiu em relação a seus níveis – já médios – dos anos 70. No conjunto dos países de capitalismo avançado, as cifras são de um incremento anual de 5,5% nos anos 60, de 3,6% nos anos 70, e nada mais do que 2,9% nos anos 80. Uma curva absolutamente descendente.

Cabe perguntar por que a recuperação dos lucros não levou a uma recuperação dos investimentos. Essencialmente, pode-se dizer, porque a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. Durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais. O peso de operações puramente parasitárias teve um incremento vertiginoso nestes anos. Por outro lado – e este foi, digamos, o fracasso do neoliberalismo –, o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, apesar de todas as medidas tomadas para conter os gastos sociais. Embora o crescimento da proporção do produto bruto nacional consumida pelo Estado tenha sido notavelmente desacelerado, a proporção absoluta não caiu, mas aumentou, de mais ou menos 46% para 48% do PNB médio dos países da OCDE durante os anos 80. Duas razões básicas explicam este paradoxo: o aumento dos gastos sociais com o desemprego, que custaram bilhões ao Estado, e o aumento demográfico dos aposentados na população, que levou o Estado a gastar outros bilhões em pensões.

Por fim, ironicamente, quando o capitalismo avançado entrou de novo numa profunda recessão, em 1991, a dívida pública de quase todos os países ocidentais começou a reassumir dimensões alarmantes, inclusive na Inglaterra e nos Estados Unidos, enquanto que o endividamento privado das famílias e das empresas chegava a níveis sem precedentes desde a II Guerra Mundial.

Atualmente, com a recessão dos primeiros anos da década de 90, todos os índices econômicos tornaram-se muito sombrios nos países da OCDE, onde, presentemente, há cerca de 38 milhões de desempregados, aproximadamente duas vezes a população total da Escandinávia. Nestas condições de crise muito aguda, pela lógica, era de se esperar uma forte reação contra o neoliberalismo nos anos 90. Isso aconteceu? Ao contrário, por estranho que pareça, o neoliberalismo ganhou um segundo alento, pelo menos em sua terra natal, a Europa. Não somente o thatcherismo sobreviveu à própria Thatcher, com a vitória de Major nas eleições de 1992 na Inglaterra. Na Suécia, a social-democracia, que havia resistido ao avanço neoliberal nos anos 80, foi derrotada por uma frente unida de direita em 1991. O socialismo francês saiu bastante desgastado das eleições de 1993. Na Itália, Berlusconi – uma espécie de Reagan italiano – chegou ao poder à frente de uma coalizão na qual um dos integrantes era um partido oficialmente facista até recentemente. Na Alemanha, o governo de Kohl provavelmente continuará no poder. Na Espanha, a direita está às portas do poder.

Mas, para além desses êxitos eleitorais, o projeto neoliberal continua a demonstrar uma vitalidade impressionante. Seu dinamismo não está ainda esgotado, como se pode ver na nova onda de privatizações em países até recentemente bastante resistentes a elas, como Alemanha, Áustria e Itália. A hegemonia neoliberal se expressa igualmente no comportamento de partidos e governos que formalmente se definem como seus opositores. A primeira prioridade do presidente Clinton, nos Estados Unidos, foi reduzir o déficit orçamentário, e a segunda foi adotar uma legislação draconiana e regressiva contra a delinqüência, lema principal também da nova liderança trabalhista na Inglaterra. O cenário político segue sendo ditado pelos parâmetros do neoliberalismo, mesmo quando seu momento de atuação econômica parece amplamente estéril ou desastroso. Como explicar esse segundo alento no mundo capitalista avançado? Uma de suas razões fundamentais foi claramente a vitória do neoliberalismo em outra área do mundo, ou seja, a queda do comunismo na Europa oriental e na União Soviética, de 89 a

91, exatamente no momento em que os limites do neoliberalismo no próprio Ocidente tornavam-se cada vez mais óbvios. Pois a vitória do Ocidente na guerra fria, com o colapso de seu adversário comunista, não foi o triunfo de qualquer capitalismo, mas o do tipo específico liderado e simbolizado por Reagan e Thatcher nos anos 80. Os novos arquitetos das economias pós-comunistas no Leste, gente como Balcerovicz na Polônia, Gaidar na Rússia, Klaus, na República Tcheca, eram e são seguidores convictos de Hayek e Friedman, com um menosprezo total pelo keynesianismo e pelo Estado de bem-estar, pela economia mista e, em geral, por todo o modelo dominante do capitalismo ocidental do período pós-guerra. Estas lideranças políticas preconizam e realizam privatizações muito mais amplas e rápidas do que haviam sido feitas no Ocidente. Para sanear suas economias, aceitam quedas de produção infinitamente mais drásticas do que haviam sido aceitas no Ocidente. E promovem graus de desigualdade – sobretudo de empobrecimento da maior parte da população – muito mais brutais do que tínhamos visto nos países do Ocidente.

Não há neoliberais mais intransigentes no mundo do que os "reformadores" do Leste. Dois anos atrás, Vaclav Klaus, primeiro-ministro da República Tcheca, atacou publicamente o presidente do Federal Reserve Bank dos Estados Unidos no governo Reagan, Allan Greenspan, acusando-o de demonstrar debilidade e frouxidão lamentáveis em sua política monetária. Em artigo para a revista *The Economist*, Klaus foi incisivo: "O sistema social da Europa ocidental está demasiadamente amarrado por regras e pelo controle social excessivo. O Estado de bem-estar, com todas as suas transferências de pagamentos generosos desligados de critérios, de esforços ou de méritos, destrói a moralidade básica do trabalho e o sentido de responsabilidade individual. Há excessiva proteção e burocracia. Deve-se dizer que a revolução thatcheriana, ou seja, antikeynesiana ou liberal, parou – numa avaliação positiva – no meio do caminho na Europa ocidental e é preciso completá-la". Bem entendido, esse tipo de extremismo neoliberal, por influente que seja nos países pós-comunistas, também desencadeou uma reação popular, como se pôde ver nas últimas eleições na Polônia, na Hungria e na Lituânia, onde partidos ex-comunistas ganharam e agora governam de novo seus países. Mas, na prática, suas políticas no governo não se distinguem muito daquela de seus adversários declaradamente neoliberais. A deflação, a desmontagem de serviços públicos, as privatizações de empresas, o crescimento de capital corrupto e a polarização

social seguem, um pouco menos rapidamente, porém com o mesmo rumo. A analogia com o euro-socialismo do sul da Europa é evidente. Em ambos os casos há uma variante mansa – pelo menos no discurso, senão sempre nas ações – de um paradigma neoliberal comum na direita e na esquerda oficial. O dinamismo continuado do neoliberalismo como força ideológica em escala mundial está sustentado em grande parte, hoje, por este "efeito de demonstração" do mundo pós-soviético. Os neoliberais podem gabar-se de estar à frente de uma transformação sócio-econômica gigantesca, que vai perdurar por décadas.

O impacto do triunfo neoliberal no leste europeu tardou a ser sentido em outras partes do globo, particularmente, pode-se dizer, aqui na América Latina, que hoje em dia se converte na terceira grande cena de experimentações neoliberais. De fato, ainda que em seu conjunto tenha chegado a hora das privatizações massivas, depois dos países da OCDE e da antiga União Soviética, genealogicamente este continente foi testemunha da primeira experiência neoliberal sistemática do mundo. Refiro-me, bem entendido, ao Chile sob a ditadura de Pinochet. Aquele regime tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea. O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra. No Chile, naturalmente, a inspiração teórica da experiência pinochetista era mais norte-americana do que austríaca. Friedman, e não Hayek, como era de se esperar nas Américas. Mas é de se notar que a experiência chilena dos anos 70 interessou muitíssimo a certos conselheiros britânicos importantes para Thatcher, e que sempre existiram excelentes relações entre os dois regimes nos anos 80. O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. Nesse sentido, Friedman e Hayek podiam olhar com admiração a experiência chilena, sem nenhuma inconsistência intelectual ou compromisso de seus princípios. Mas esta

admiração foi realmente merecida, dado que – à diferença das economias de capitalismo avançado sob os regimes neoliberais dos anos 80 – a economia chilena cresceu a um ritmo bastante rápido sob o regime de Pinochet, como segue fazendo com a continuidade da política econômica dos governos pós-Pinochet dos últimos anos.

Se o Chile, nesse sentido, foi a experiência-piloto para o novo neoliberalismo dos países avançados do Ocidente, a América Latina também proveu a experiência-piloto para o neoliberalismo do Oriente pós-soviético. Aqui me refiro, bem entendido, à Bolívia, onde, em 1985, Jeffrey Sachs já aperfeiçoou seu tratamento de choque, mais tarde aplicado na Polônia e na Rússia, mas preparado originariamente para o governo do general Banzer, depois aplicado imperturbavelmente por Victor Paz Estenssoro, quando surpreendentemente este último foi eleito presidente, em vez de Banzer. Na Bolívia, no fundo da experiência não havia necessidade de quebrar um movimento operário poderoso, como no Chile, mas parar a hiperinflação. E o regime que adotou o plano de Sachs não era nenhuma ditadura, mas o herdeiro do partido populista que havia feito a revolução social de 1952. Em outras palavras, a América Latina também iniciou a variante neoliberal "progressista", mais tarde difundida no sul da Europa, nos anos de euro-socialismo. Mas o Chile e a Bolívia eram experiências isoladas até o final dos anos 80.

A virada continental em direção ao neoliberalismo não começou antes da presidência de Salinas, no México, em 88, seguida da chegada ao poder de Menem, na Argentina, em 89, da segunda presidência de Carlos Andrés Perez, no mesmo ano, na Venezuela, e da eleição de Fujimori, no Peru, em 90. Nenhum desses governantes confessou ao povo, antes de ser eleito, o que efetivamente fez depois de eleito. Menem, Carlos Andrés e Fujimori, aliás, prometeram exatamente o oposto das políticas radicalmente antipopulistas que implementaram nos anos 90. E Salinas, notoriamente, não foi sequer eleito, mas roubou as eleições com fraudes.

Das quatro experiências viáveis desta década, podemos dizer que três registraram êxitos impressionantes a curto prazo – México, Argentina e Peru – e uma fracassou: Venezuela. A diferença é significativa. A condição política da deflação, da desregulamentação, do desemprego, da privatização das economias mexicana, argentina e peruana foi uma concentração de poder executivo formidável: algo que sempre existiu no México, um regime de partido único, com efeito, mas Menem e Fujimori tiveram de

inovar na Argentina e no Peru com uma legislação de emergência, autogolpes e reforma da Constituição. Esta dose de autoritarismo político não foi factível na Venezuela, com sua democracia partidária mais contínua e sólida do que em qualquer outro país da América do Sul, o único a escapar de ditaduras militares e de regimes oligárquicos desde os anos 50. Daí o colapso da segunda presidência de Carlos Andrés.

Mas seria arriscado concluir que somente regimes autoritários podem impor com êxito políticas neoliberais na América Latina. A Bolívia, onde todos os governos eleitos depois de 1985, tanto de Paz Zamora, quanto de Sanchez Losada, continuaram com a mesma linha, está aí para comprovar o oposto. A lição que fica da longa experiência boliviana é esta: há um equivalente funcional ao trauma da ditadura militar como mecanismo para induzir democrática e não coercitivamente um povo a aceitar políticas neoliberais das mais drásticas. Este equivalente é a hiperinflação. Suas conseqüências são muito parecidas. Recordo-me de uma conversa que tive no Rio de Janeiro, em 1987, quando era consultor de uma equipe do Banco Mundial e fazia uma análise comparativa de cerca de 24 países do Sul, no que tocava a políticas econômicas. Um amigo neoliberal da equipe, sumamente inteligente, economista destacado, grande admirador da experiência chilena sob o regime de Pinochet, confiou-me que o problema crítico no Brasil durante a presidência de Sarney não era uma taxa de inflação demasiado alta – como a maioria dos funcionários do Banco Mundial tolamente acreditava –, mas uma taxa de inflação demasiado baixa. "Esperemos que os diques se rompam", ele disse, "precisamos de uma hiperinflação aqui, para condicionar o povo a aceitar a medicina deflacionária drástica que falta neste país". Depois, como sabemos, a hiperinflação chegou ao Brasil, e as conseqüências prometem ou ameaçam – como se queira – confirmar a sagacidade deste neoliberal indiano.

A pergunta que está aberta é se o neoliberalismo encontrará mais ou menos resistência à implementação duradoura dos seus projetos aqui na América Latina do que na Europa ocidental ou na antiga União Soviética. Seria o populismo – ou obreirismo – latino-americano um obstáculo mais fácil ou mais difícil para a realização dos planos neoliberais do que a social-democracia reformista ou o comunismo? Não vou entrar nesta questão, uma vez que outros aqui podem julgar melhor do que eu. Sem dúvida, a resposta vai depender também do destino do neoliberalismo fora da América Latina, onde continua avançando em terras até agora intocadas por sua influência. Atualmente, na

Ásia, por exemplo, a economia da Índia começa, pela primeira vez, a ser adaptada ao paradigma liberal, e até mesmo o Japão não está totalmente imune às pressões norte-americanas para abolir regras. A região do capitalismo mundial que apresenta mais êxitos nos últimos 20 anos é também a menos neoliberal, ou seja, as economias do extremo oriente – Japão, Coréia, Formosa, Cingapura, Malásia. Por quanto tempo estes países permanecerão fora da esfera de influência do neoliberalismo? Tudo que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis aí algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado.

Nesse sentido, qualquer balanço atual do neoliberalismo só pode ser provisório. Este é um movimento ainda inacabado. Por enquanto, porém, é possível dar um veredicto acerca de sua atuação durante quase 15 anos nos países mais ricos do mundo, a única área onde seus frutos parecem, podemos dizer assim, maduros. Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes. A tarefa de seus opositores é a de oferecer outras receitas e preparar outros regimes. Apenas não há como prever quando ou onde vão surgir. Historicamente, o momento de virada de uma onda é uma surpresa.

Neoliberalismo e comunicação social

http://www.mhd.org/artigos/levi_neoliberalimo.html

Levi Bucalem Ferrari

Levi Bucalem Ferrari é sociólogo e cientista político. Professor da Universidade Católica de Santos. Diretor da associação e do sindicato dos sociólogos de S. Paulo. Autor do romance "O Seqüestro do Sr. Empresário", prêmio revelação da APCA de 1998. Membro da coordenação do MHD e diretor do IPSO - Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas.

Graças principalmente à falência do "Estado do Bem Estar Social", que predominou na Europa desde o final da Segunda Guerra, ganha força a velha doutrina econômica liberal travestida modernamente por neoliberalismo. Desde Reagan, nos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, na Inglaterra até o ditador Pinochet, no Chile, esta ideologia se espalha pelo mundo pregando a supremacia do mercado sobre todas as coisas, incluindo-se os direitos sociais e trabalhistas e, se necessário, até os direitos políticos. De fato, os principais arautos do neoliberalismo, os economistas Hayeck e Friedman, não hesitaram em louvar a política econômica levada a efeito pelo General Pinochet endossando a sanguinária ditadura que o mesmo comandou. Além disto, são públicas as posições destes e de outros teóricos da "Escola de Chicago" quanto ao fato de que a atividade política atrapalha o desempenho da economia.

Quando tudo se subordina ao mercado, como pregam os neoliberais, a sociedade passa a servir à economia, o que põe por terra qualquer veleidade civilizatória. E subverte o que tem sido consenso desde a quebra da Bolsa de Nova York em 1929, ou seja, a necessidade de mecanismos de controle sobre a voracidade de acumulação do capital e suas conseqüências: a oligopolização, as crises cíclicas, a ameaça aos direitos sociais e à soberania das nações. Ao defenderem o "Estado Mínimo", os neoliberais menosprezam o papel do Estado na indução ao desenvolvimento e na prática de políticas sociais que asseguram aos mais pobres a esperança de um dia serem cidadãos. Afinal,

não é o mercado quem há de oferecer educação e saúde públicas gratuitas e de boa qualidade.

Ricos ou pobres, os países que adotaram o neoliberalismo sofreram as conseqüências tanto no plano econômico quanto social. Sob o governo Thatcher, a economia inglesa decresceu e foi superada pela Itália. O número de miseráveis passou de cinco para quatorze milhões entre 1979 e 1992. A "dama de ferro", que usou a polícia para sufocar uma greve de mineiros, mereceu um verdadeiro "pito" da ultra discreta Rainha Elizabeth que condenou de público o descaso do governo Thatcher para com a pobreza. Nos Estados Unidos, a tuberculose cresceu 20% entre 1979 e 1992 e a crise de mercado para os produtos americanos obrigou George Bush a implorar aos japoneses que comprassem seus automóveis. Os nipônicos, sempre distantes do neoliberalismo e ultra-protecionistas em relação a seus produtos, se negaram a atendê-lo. Coincidência ou não, Bush passou mal e vomitou no colo do premiê do Japão. Quanto à América Latina as conseqüências do neoliberalismo são ainda piores. Crescem a concentração de riquezas, o desemprego, a miséria e a exclusão social enquanto a desindustrialização e as privatizações a qualquer custo comprometem a soberania das nações.

Apesar destas evidências, a doutrina liberal continua ganhando adeptos. E tem ajudado a eleger governantes comprometidos com ela em diversos países, inclusive o Brasil. Pode-se mesmo afirmar que alguns dos princípios do neoliberalismo são consumidos pela população, certamente porque bem embalados pela mídia. Esse processo teve início nos países mais ricos através de vultosas doações feitas por fundações mantidas por milionários aos institutos de pesquisa e publicações especializadas controlados por pensadores neoliberais. Em artigo publicado no jornal *Le Monde Diplomatique*, Susan George compilou algumas destas contribuições. Segundo seu levantamento, de 1943 a 1993, elas variaram em torno de 165 milhões de dólares por ano. É muito dinheiro. Certamente desse investimento se espera algum retorno.

Parte destes recursos vieram para os países do terceiro mundo, financiaram pesquisas e, principalmente, a divulgação do pensamento neoliberal. A diferença está em que, entre nós, as publicações especializadas cedem espaço para a chamada grande imprensa, em especial a televisão. E, como cada veículo de comunicação tem sua

linguagem própria, aqui não se tem divulgado os aspectos doutrinários do neoliberalismo. Salvo exceções, a grande mídia defende caso a caso políticas de cunho neoliberal, como em outros tempos defendeu políticas protecionistas. Na prática deste casuísmo, se reduz a teoria a princípios simplificados dos quais se escamoteiam conseqüências negativas e aspectos impopulares. Também assim a população é mais facilmente induzida a assumi-los como "máximas" de senso comum às quais opiniões contrárias aparecem como aberrações individuais.

A aceitação destes "slogans" pela população tem ocorrido com espantosa facilidade devido a conjugação de quatro fatores:

a) Poder da imprensa. Além de ser considerada a instituição de maior prestígio, é detentora de incontrastável poder na formação de opiniões. Ressalte-se que, entre os meios de comunicação, a televisão lidera como o veículo mais confiável, mais informativo e mais independente pela maior parcela da população. Acrescente-se que o Brasil é o terceiro maior consumidor de aparelhos de televisão, podendo a vir ser o segundo. A maior tiragem de jornal – a da Folha de São Paulo – é de menos de 500 mil exemplares durante os dias de semana enquanto a Rede Globo tem atingido até 34,5 milhões de telespectadores. Na Grande São Paulo, sua audiência é pouco maior que a soma de todas as seis demais emissoras. Assim, não é exagero afirmar que a Globo exerce virtual monopólio na comunicação massiva.

b) Reiteração de valores já predominantes. Por definição, o senso comum é mais facilmente assimilável que idéias em contrário. Os "slogans" de cunho neoliberal reciclam e reforçam centenárias crenças típicas do velho capitalismo concorrencial como o elogio à propriedade, à livre iniciativa, a supremacia do privado sobre o público, entre outras.

c) Ressentimento genérico quanto a tudo o que é estatal ou público. Usuários dos serviços públicos reclamam, muitas vezes com razão, de sua qualidade e insuficiência, enquanto não usuários reclamam do fato de que pagam impostos e não usufruem dos serviços. Reclama-se de privilégios fatuais ou atribuíveis à funcionários públicos e a políticos; de um sem número de casos de corrupção, ineficiência, omissão, abuso do poder por estes praticados; de sua impunidade; e de decisões desastrosas de política econômica.

d) Crítica difusa ao Estado. É extensão da crítica que as pessoas fazem aos governos e suas políticas quando, não importando os motivos, sentem declinar sua qualidade de vida e frustrarem-se suas expectativas. Tais fatos, que poderiam ocorrer em quaisquer modelos de Estado, são atribuídos exclusivamente ao que aí está porque em sua vigência tem ocorrido. Aqui se inclui a reiteração ao gigantismo do Estado, "herança da ditadura" na expressão dos âncoras de telejornais, numa apropriação das bandeiras democráticas e de esquerda de nosso passado recente.

Resulta desta combinação que a *media* explora *ad nauseam* os demais fatores, erigindo os dois últimos em principais causas de nossas desgraças, e exacerbando na população, o sentimento de estar sendo lesada. Nesta situação, é compreensível que se procurem ao mesmo tempo bodes expiatórios e soluções mágicas. E ali está, bem no centro da sala, a confiável televisão a indicar uns e outros.

As soluções mágicas têm sido as políticas de cunho neoliberal propostas pelo Governo, por parlamentares e forças sociais às quais interessam, e em torno das quais os meios de comunicação forjam um consenso popular que nem sempre corresponde a realidade. Ao dizer "é isto que o povo quer", o apresentador de tevê, que já se credenciou como seu representante, sente-se autorizado a respaldar uma política ou vetar outras. Vejam-se alguns exemplos:

a) Privatizações. Enfatizam-se custos e dívidas da empresa e compara-se seu desempenho ao de congêneres privadas, sempre tido como superior. Omite-se a função social das estatais bem como o fato de que praticaram preços baixos, muitas vezes, por pressão do setor privado ao qual forneciam, sem o quais este não se viabilizaria. Da mesma forma se omitem empréstimos subsidiados e favorecimentos públicos à empresas privadas nacionais e multinacionais.

b) Abertura às importações. Comparam-se qualidade e preço dos produtos importados e omitem-se conseqüências como desindustrialização, desemprego e aumento do déficit comercial, por um lado, bem como diferenças de juros e possibilidades de *dumping*, por outro.

c) Custo Brasil. Com respaldo em análises feitas pelo Banco Mundial, os encargos sobre salários e direitos trabalhistas em geral passaram a ser os grandes responsáveis pelo desemprego. Empresários e líderes sindicais chegaram a ensaiar acordo que limitava os

encargos em troca de mais empregos quando não há evidências de causalidade. Ao contrário, nem a redução média dos salários ocorrida nos últimos anos afastou o fantasma do desemprego. O ardil foi proibido pela Justiça. Por outro lado, não se dá a devida ênfase a desigual concorrência antes apontada, nem aos juroscorchantes que, apesar da constatação do Senhor Presidente da República, continuam.

d) Falsas saídas para o desemprego: De alguns anos para cá, desde que o desemprego industrial se acentuou, intensificaram-se estórias fantásticas sobre desempregados que viraram artesãos, autônomos, lojistas, franqueados e pequenos empresários. Por aí vão centenas de casos que, como contos de fadas, servem para vender ilusões ao atual e futuro desempregado. A ênfase no sucesso de "abrir o próprio negócio" esconde as estórias de fracasso que não se contam.

e) Políticas Sociais: Expõem-se as chagas dos serviços públicos de saúde, educação, assistência, segurança, seguridade social, entre outros e omite-se o drástico corte de verbas que estes têm experimentado devido à política neoliberal de contenção de custos sociais. São comuns matérias do "Globo Repórter" neste sentido com o aparente objetivo de denunciar a falência dos serviços. Se se omitem os cortes cabe a pergunta: *Cui prodest?* – A quem interessa – senão aos concorrentes privados e às multinacionais.

f) Relações entre Executivo e Legislativo: No intuito de fazer aprovar as reformas e outras medidas liberalizantes, a *media* tem acuado o Congresso com enxurradas de reportagens sobre corrupção e ausência de congressistas, sempre generalizantes. "Verdadeiros" representantes do povo, os apresentadores de tevê jogam sobre seus concorrentes eleitos a culpa pelo atraso das reformas e por todos os males do país. Saliente-se que tais críticas são as que mais "pegam" naquilo a que chamamos de senso comum. Político virou sinônimo de corrupto; e o Congresso, a instituição menos confiável segundo pesquisas de opinião.

Já foi dito que a reiteração de que a opinião pública deseja isto ou aquilo forja consensos. Deve-se dizer aqui que isto ocorre mesmo quando a adesão não se dá na apregoada intensidade; mesmo quando a maior parte das pessoas desconhece o conteúdo das propostas. Bastante elucidativo do afirmado, é matéria da Folha de São Paulo de 01/07/96 pg. 2-3 com o título "65% dos brasileiros querem as reformas"; e subtítulo "Maioria culpa Congresso por atraso". O acesso à pesquisa original da Datafolha

permitiu que se constatasse que apenas 10% dos entrevistados consideravam-se bem informados em relação às reformas, dado não mencionado na matéria. Inúmeros outros exemplos poderiam ser dados não só de indução de consensos como, e principalmente, da constatação que um sem número deles, ainda que contem com a adesão de maiorias, baseiam-se numa opinião pouco consolidada sobre o assunto. Isto configura uma assunção débil, passível de mudança no caso de um debate mais profundo. É resultado da forma fragmentária e casuística pela qual os meios de comunicação divulgam as propostas neoliberais. E de seu açodamento em buscar respaldo popular para as mesmas.

Na guerrilha particular com o Congresso, a *media* visa também perpetuar-se como principal interlocutora de um Executivo rico em verbas e possibilidades negociais, não importando as funestas conseqüências às incipientes instituições democráticas e o círculo vicioso que acarreta para o valor social da atividade política. Esta perde prestígio atraindo cada vez mais pessoas que nela vislumbram apenas oportunidades de enriquecimento ilícito, ao mesmo tempo em que afugenta os demais e leva a maioria ao descrédito na instituições e na desvalorização da participação, inclusive eleitoral.

Tudo isto ocorre porque, salvo exceções, meios de comunicação excessivamente oligopolizados possuem interesses outros que o de bem (ou mal) comunicar. Os oligopólios a que pertencem dedicam-se a negócios vários muitos dos quais dependem de favorecimentos governamentais. Reproduzem, desta forma, a velha prática de privatizar o que é público, a qual, de público, condenam. Daí também que sua atuação na defesa de medidas liberalizantes trai menos uma posição político-ideológica (aliás, nunca assumida) e mais a convergência de seus interesses com os de membros do Executivo, numa reprodução ampliada do conceito de "anéis burocráticos" proposto, quem diria, por F. H. Cardoso.

Disto resulta, de um lado, uma desculpa antecipada da *media* às conseqüências negativas que poderão advir de tão arriscadas políticas e, de outro, uma divulgação excessivamente fragmentada da ideologia neoliberal. Assim divulgada, esta ideologia é assumida de forma débil pela população, ainda que a rapidez e a extensão de sua propagação assuste aos menos atentos. Como todo senso comum, não se trata de um conjunto de idéias mobilizador mas tão somente conformador de opiniões que

respaldem a realização de interesses concretos. Assim tem-se que, mesmo débil, a ideologia neoliberal à brasileira, tem sido suficiente à implementação de políticas que poderão fazer tábua rasa dos direitos sociais duramente conquistados pelos trabalhadores, além de comprometer nosso futuro como Nação soberana. O terremoto neoliberal exigirá descomunal esforço para a reconstrução do Estado e da economia.

É, entretanto, importante repisar que a forma fragmentária pela qual se tem divulgado as propostas deste tipo, torna superficial sua assunção pela população. Não resistente a debates, ruirá como castelos de cartas. Como tudo que é sólido se desmanchará no ar, para espanto, inclusive, de muitos neoliberais que sorriem à frente da televisão e descansam, paradoxalmente, à sombra de um Estado que ainda clama por tornar-se verdadeiramente público.

É o debate, portanto, que propiciará o fim da manipulação e de versões deliberadamente enganosas sobre os reais interesses da população. Isto exige, antes de mais nada, a democratização dos meios de comunicação. E, pelo que foi visto, que se cumpra o Parágrafo 5º do Artigo 220 da Constituição: "Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio".

Lembre-se que onde não houver Estado, estados paralelos surgirão, seja o dos oligopólios multinacionais, seja o do crime organizado, seja o dos meios de comunicação, seja ainda uma combinação dos três. Seria romântico, se não fosse enganoso, fazer crer que o Estado possa ser substituído com vantagem por um difuso conceito de mercado, eventualmente travestido – e nobilitado – em sociedade civil, como se neste não se gestassem perversas desigualdades e congruentes formas de dominação⁷.

⁷ Resumo de palestra proferida durante Simpósio sobre "O Neoliberalismo no Brasil" da 48a. Reunião Anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – São Paulo, PUC, 09/07/1996.